



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICO
EDUCAÇÃO DO CAMPO

1 INTRODUÇÃO

1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

1.1. Histórico da UFPA

Em consonância com a missão, visão e princípios norteadores da UFPA, o curso de Licenciatura em Educação do Campo busca produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de sujeitos do campo capazes de promover a construção de assentamentos, comunidades e escolas rurais visando uma sociedade sustentável.

Da mesma forma, como visão central buscamos ser referência nacional e regional como universidade integrada à sociedade como um todo e contribuir para consolidação da UFPA e do Campus de Marabá como centro de excelência e referência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural.

No que se refere aos princípios, o curso de Licenciatura em Educação do Campo/Campus Universitário de Marabá está consonância com os da UFPA, com destaque e orientações visando a universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica; o pluralismo de ideias e de pensamentos; o ensino público e gratuito de qualidade; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o reconhecimento dos direitos humanos e conservação do meio ambiente.

1.2. Histórico do curso no Brasil e na UFPA

A criação de um curso de Licenciatura em Educação do Campo faz parte de uma ação mais ampla do Ministério da Educação – MEC, iniciada em 2003, de promover uma política nacional de educação do campo. Essa política vem sendo formulada pela atual Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, através da

Coordenação Geral de Educação do Campo – CGED e do Grupo de Trabalho Permanente de Educação do Campo – GPT.

Com a publicação, ainda em 2003, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, e com a realização, a partir de 2004, de 25 Seminários Estaduais de Educação do Campo, a ainda SECAD / MEC iniciou diferentes ações visando ao fortalecimento da educação do campo no Brasil. Dentre essas, duas ações merecem destaque: a criação do Programa Saberes da Terra, cujo objetivo é garantir a educação dos jovens e adultos do campo através da rede pública de ensino e com uma organização curricular que respeite as especificidades do campo ; a construção de uma Plano Nacional de Formação dos Profissionais da Educação do Campo.

Esses dois programas / planos partem de uma problemática inter-relacionada, qual seja, para se ampliar a inclusão da população do campo na rede pública de ensino é preciso uma organização curricular e metodológica adequada à realidade do campo. Para isso é necessário a existência de profissionais da educação do campo capazes de contribuir com a formulação dessa organização curricular e metodológica e aplicá-la. Por isso, um Plano de Formação desses Profissionais precisa basear-se numa metodologia particular que já seja indutora e experimentadora das escolas do campo que se deseja construir / transformar, nessa perspectiva essas ações coadunam perfeitamente com os objetivos do PARFOR, aliás o PARFOR pode apresentar quando orientado à realidade das escolas e sujeitos do campo a possibilidade concreta de atingir esses objetivos.

Frente a esse desafio, em 2006, o MEC lançou o convite a 07 Instituições Federais de Ensino Superior – IFES com comprovado envolvimento na formação de educadores do campo e na experiência em projetos de gestão compartilhada com sujeitos do campo para a construção de uma graduação em Licenciatura Plena em Educação do Campo. Essas IFES foram: Universidades Federais do Pará (UFPA), da Bahia (UFBA), de Campina Grande (UFCG), de Sergipe (UFS), de Brasília (UNB), de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Do ponto de vista de nossa realidade regional, ao olharmos para a situação da educação do campo, as assimetrias se intensificam, pois nas escolas do campo registradas no último censo do INEP em 2009, apenas 3% das escolas de 1a a 5a série contavam com professores com formação em nível superior e/ou licenciatura, com relação ao ensino médio 45% das escolas contam com professores habilitados em nível superior e/ou com licenciatura, reforçando a imensa demanda pela formação de educadores do campo. Tais dados reforçam a pertinência em nossa região de propor uma educação do campo voltada à realidade dos sujeitos do campo e formando professores-educadores aptos para atuarem nessas escolas, haja vista a

ausência de profissionais minimamente formados.

Atualmente o curso de Licenciatura em Educação do Campo é ofertado em mais de 50 IFE's - Instituições Federais de Ensino Superior e mais recentemente no final do ano passado o MEC via SECADI/SESU/SETEC lançou o edital PROCAMPO/MEC, cujo objetivo central é consolidar os cursos de Licenciatura em Educação do Campo nas IFE's, dentre outras questões reforçando o quadro de docentes das instituições com 15 vagas e mais 3 vagas de técnicos administrativos e pedagógicos.

Em contrapartida, nos próximos 3 anos as IFE's com projeto aprovado no edital se comprometeram em ofertar turmas de 120/educandos/anos nos anos de 2013, 2014 e 2015 e nós do curso de Licenciatura em Educação do Campo/Campus Universitário de Marabá tivemos o projeto aprovado em 6º lugar, dentre 44 IFE's selecionadas demonstrando o acúmulo, reconhecimento e colocando o desafio de consolidar o curso.

2 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

1.1. Histórico da UFPA

Em consonância com a missão, visão e princípios norteadores da UFPA, o curso de Licenciatura em Educação do Campo busca produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de sujeitos do campo capazes de promover a construção de assentamentos, comunidades e escolas rurais visando a uma sociedade sustentável.

Da mesma forma, como visão central, buscamos ser referência nacional e regional como universidade integrada à sociedade como um todo e contribuir para consolidação da UFPA e do Campus de Marabá como centro de excelência e referência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural.

No que se refere aos princípios, o curso de Licenciatura em Educação do Campo/Campus Universitário de Marabá está em consonância com os da UFPA, com destaque e orientações visando à universalização do conhecimento; ao respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica; ao pluralismo de ideias e de pensamentos; ao ensino público e gratuito de qualidade; à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e ao reconhecimento dos direitos humanos e à conservação do meio ambiente.

1.2. Histórico do curso no Brasil e na UFPA

A criação de um curso de Licenciatura em Educação do Campo faz parte de uma ação mais ampla do Ministério da Educação – MEC, iniciada em 2003, de promover uma política nacional de educação do campo. Essa política vem sendo formulada pela atual Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, através da Coordenação Geral de Educação do Campo – CGED e do Grupo de Trabalho Permanente de Educação do Campo – GPT.

Com a publicação, ainda em 2003, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, e com a realização, a partir de 2004, de 25 Seminários Estaduais de Educação do Campo, a ainda SECAD / MEC iniciou diferentes ações visando ao fortalecimento da educação do campo no Brasil, dentre as quais, duas ações merecem destaque: 1) a criação do Programa Saberes da Terra, cujo objetivo é garantir a educação de jovens e adultos do campo através da rede pública de ensino e com uma organização curricular que respeite as especificidades do campo e 2) a construção de uma Plano Nacional de Formação dos Profissionais da Educação do Campo.

Esses dois programas/planos partem de uma problemática que inter-relaciona a ampliação da inclusão da população do campo na rede pública de ensino à necessidade impendente de organização curricular e metodológica adequada à realidade do campo. Para se corporificar esse elo, faz-se necessária a existência de profissionais da educação do campo capazes de contribuir na formulação dessa organização curricular/metodológica e aplicá-la. Por isso, um Plano de Formação desses Profissionais deve se basear numa metodologia particular que já seja indutora e experienciadora das escolas do campo que se deseja construir/transformar.

Frente a esse desafio, em 2006, o MEC lançou o convite a 07 Instituições Federais de Ensino Superior –IFES-, com comprovado envolvimento na formação de educadores do campo e com experiência em projetos de gestão compartilhada com sujeitos do campo, para construírem uma graduação em Licenciatura Plena em Educação do Campo. As IFES convidadas foram: Universidades Federais do Pará (UFPA), da Bahia (UFBA), de Campina Grande (UFCG), de Sergipe (UFS), de Brasília (UNB), de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Do ponto de vista de nossa realidade regional, ao olharmos a situação da educação do campo, as assimetrias se intensificam, pois nas escolas do campo registradas no último censo do INEP em 2009, apenas 3% das escolas de 1a a 5a séries contavam com professores com formação em nível superior e/ou licenciatura. Com relação ao ensino médio, 45% das escolas contavam com professores habilitados em nível superior e/ou com licenciatura, reforçando a imensa demanda pela formação de educadores do campo. Tais dados reforçam

a pertinência de propor uma educação do campo em nossa região voltada à realidade dos sujeitos do campo e a formar professores-educadores aptos para atuarem nessas escolas, haja vista a ausência de profissionais minimamente formados.

Atualmente, o curso de Licenciatura em Educação do Campo é ofertado em mais de 50 IFE's - Instituições Federais de Ensino Superior. Mais recentemente, no final do ano passado, o MEC, via SECADI/SESU/SETEC, lançou o edital PROCAMPO/MEC com objetivo central de consolidar os cursos de Licenciatura em Educação do Campo nas IFE's. Para isso, o MEC disponibiliza 15 vagas de docentes e 3 vagas de técnicos administrativos e pedagógicos para reforçar os curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Em contrapartida, as IFE's que tiveram seus projetos aprovados no edital PROCAMPO/MEC se comprometem a ofertar turmas de 120/educandos/anos nos próximos três anos, ou seja, nos anos de 2013, 2014 e 2015. Nós do curso de Licenciatura em Educação do Campo/Campus Universitário de Marabá tivemos o projeto aprovado em 6o lugar, dentre 44 IFE's selecionadas. Isso demonstra o acúmulo, o reconhecimento e nos coloca o desafio de consolidar o curso.

1.3. O campo da luta por uma Educação “do” Campo no Sudeste do Pará

Resultante de um processo histórico marcado por graves contradições e conflitos de toda espécie (social, econômico, ambiental, agrário, etc), o Sul e Sudeste do Pará se configura hoje como uma região que aglutina centros urbanos e áreas rurais carentes de políticas públicas, estando principalmente as populações camponesas submetidas a situação de abandono de toda ordem: faltam escolas, estradas, hospitais, segurança, opções de lazer, dentre outras.

Nesse contexto, a luta dos movimentos de trabalhadores rurais por reforma agrária ampla tem sido marcante no sentido de assegurar melhores condições de vida aos povos do campo. Atualmente a região norte é a segunda região com o maior número de famílias assentadas em áreas de reforma agrária do Brasil: são 167.032 famílias, totalizando 842.303 pessoas vivendo em assentamentos regularizados. Na região sul e sudeste do Pará, antes de 1995 existiam 65 assentamentos; entre 1995 e 2000, este número passou a 276, sendo que até dezembro de 2003, contabilizava-se a existência de 381 assentamentos, conformando uma área de 1.207.938 ha destinada à agricultura familiar e mais de 60 milhões de reais em linhas de crédito federal liberados para infraestrutura, moradia e produção agrícola.

Atualmente existem aproximadamente 500 assentamentos e 100 mil famílias assentadas na

região . Para além disso, vivem na chamada zona rural da região um contingente de famílias de agricultores não assentados e não acolhidos diretamente pelos benefícios da reforma agrária. São agricultores acampados [sem a terra para trabalho] e aqueles que vivem em vilas rurais, possuindo apenas pequenas porções de “roçado”.

Em meio ao processo de criação dos assentamentos, a luta dos movimentos tem sido feita também para que se disponha no campo serviços públicos oferecidos pelo Estado que garantam a todos o direito de acesso à escolas, à serviço médico, às estradas, à crédito, etc... Por este motivo, nessa região, assim como em todo país, tem sido marcante a ação dos agricultores, como atores políticos, pressionando o poder público para que o mesmo garanta acesso das famílias assentadas a direitos sociais básicos que possibilitem a melhoria da qualidade de vida da população do campo, contribuindo assim para busca da superação do abandono histórico a que esta esteve submetida por conta da ausência do Estado como provedor de direitos.

Destarte, a Educação tem sido também uma área de atuação do Estado fortemente influenciada pela pressão dos movimentos de trabalhadores rurais. Em decorrência disso, nos assentamentos do sudeste paraense existem hoje 266 unidades de atendimento escolar, distribuídas entre escolas e unidades anexas a escolas localizadas nos centros urbanos próximos. Essas unidades escolares de assentamento, mantidas quase que em sua totalidade pelo poder público municipal, ofertam na maioria das vezes apenas o Ensino Fundamental, muitas vezes em salas multisseriadas, sem que haja condições materiais e formação adequada dos educadores para trabalhar com essa diversidade formativa.

A maioria das escolas oferta apenas os Anos Iniciais de ensino. Apesar de maioria possuir sede própria, uma parte significativa funciona em galpões, salão paroquiais, casa emprestada, ou seja, a escola funciona de maneira improvisada. Muitas não possuem energia elétrica nem água potável. Os móveis escolares são precários e não existem bibliotecas, laboratórios, computadores, entre outros materiais necessários em ambiente escolar.

Nas localidades rurais em que existem unidades escolares que ofertam o Ensino Fundamental de 5ª à 8ª séries (6º ao 9º ano), o quadro profissional das escolas é composto de técnicos pedagógicos e docentes que, em grande maioria, moram nos centros urbanos sede dos municípios, o que pode comprometer o desenvolvimento do processo pedagógico, devido às constantes trocas de membros das equipes ou ao distanciamento na relação com as comunidades. É comum os profissionais da comunidade rural não possuírem formação inicial de Graduação específica para exercer a função de docente no Ensino Fundamental maior, ficando assim restrita sua atuação nos Anos Iniciais.

Além da falta de recursos humanos, materiais e de condições adequadas para o bom

desenvolvimento das atividades educativas, ainda faltam escolas para atender a demanda existente. As unidades de Ensino Fundamental existentes em assentamentos no sudeste paraense atendem a 18.658 crianças e jovens, distribuídos em todo Ensino Fundamental (1ª à 8ª séries/1º ao 9º ano) e EJA (1ª à 4ª etapas), enquanto as unidades escolares de Ensino Médio existentes atendem apenas a 503 jovens, sendo que a população de crianças e jovens assentados em idade escolar é de aproximadamente 300 mil.

Se, por um lado, tais fatos evidenciam uma realidade histórica à qual tem sido submetida a educação escolar ofertada às classes populares do campo, por outro, essa situação se agrava quando se observa que, além de precário, o processo educativo realizado nas escolas do campo se materializa reproduzindo um modelo importado da educação urbana, tendo o padrão da escola urbana como referência para organização do tempo, do ambiente escolar e das práticas pedagógicas.

Além de se afirmar com um viés urbanocêntrico, esse processo educativo se orienta por uma lógica em que predomina a visão curricular tradicional de ensino e o currículo escolar trata o conhecimento como algo a ser consumido, sustentando uma compreensão da educação como processo de formação instrucional, que objetiva passar aos estudantes uma cultura e um conjunto de habilidades comuns que os capacitem a operar com eficiência na sociedade mais ampla (urbana).

Neste sentido, a “escola rural” tem sido feita hegemonicamente, desprestigiando os saberes, a realidade e as demandas locais, o que contribui para reprodução de um processo que faz da escola o lócus onde a cultura culta [liberal, burguesa, branca, classe média e urbana] é aprendida e onde os estudantes experimentam a hierarquia e a fragmentação das relações, das práticas e dos saberes que justificam as distinções de status e classe que existem na sociedade urbanizada. Assim, ao mesmo passo em que se faz sociocêntrica e etnocêntrica, centrada nos valores de uma classe social e de um grupo étnico, a escola contribui também para reafirmar uma visão estereotipada e negativa dos povos do campo [não civilizados, pobres coitados, atrasados e sem contribuições à sociedade] que os toma como sujeitos não produtores de conhecimento e cultura, os quais a escola urbana deve salvar, nem que seja apenas com as ‘primeiras letras’.

Assim, ao se instituir pela negação da realidade e cultura em que vivem aqueles que ela pretende atender, tal escola acaba funcionando como mecanismo de reprodução da condição de subordinação-subjugação da população camponesa e de seus modos de vida, de uma forma que seus sujeitos são tomados silenciosamente - tanto no contexto da política pública quanto no texto dos livros escolares - como segmento intelectual e culturalmente inferior, destinados ao ‘trabalho bruto da roça’ e, por isso, não merecedores de tanta preocupação

quanto à qualidade dos serviços públicos que lhes são ofertados, em especial a educação.

Tal situação contradiz a própria existência do chamado estado de direito e a todas as legislações que o tentam reafirmá-la. Em país de grande potencial rural e cuja produção da agricultura familiar responde por 38% do valor bruto de toda a produção agrícola, o descaso do poder público em todas as suas instâncias (federal, estadual e municipal) em relação à formação escolar e profissional de qualidade dos sujeitos do campo, se configura na falta de importância, dada a escassez de políticas públicas, com desenvolvimento econômico, social e cultural do campo.

Impulsionada pela consciência crítica sobre tal situação, a luta do movimento nacional por uma Educação Do Campo que hoje envolve principalmente os movimentos sociais e as universidades, tem sido feita para além da reivindicação por construção de escolas e oferta de educação pública às populações do campo; a luta tem se pautado pela defesa de uma educação com pedagogia própria, currículo novo, educação que seja “do e para o” campo, comprometida com a realidade e com os povos do campo, respeitando seus saberes, suas práticas, sua cultura e trabalhando para contribuir com a superação de suas necessidades de aprendizagens.

Entre tantas questões, tem-se pautado a necessidade de uma proposta pedagógica – de um currículo – em que a escola do campo considere os “tempos” e “saberes” dos sujeitos do campo; que se organize de forma a garantir a presença dos educandos na escola sem que isso prejudique ou comprometa outros “tempos” (tempo do trabalho na roça; tempos religiosos; da estação de chuva; das marés, entre outros tempos) e que se desenvolva um processo educativo que respeite e tome como ponto de partida os saberes construídos pelas populações do campo, saberes que os sujeitos do campo acumulam antes de chegar à escola, um conjunto de experiências vivenciadas pelo contato direto, desde cedo, com as estratégias que sua comunidade desenvolve na busca da produção e reprodução de sua existência material e imaterial (formas de organização social; formas de manejo da terra e plantio; construção de instrumentos de trabalho para pesca, caça, roça; formas de cuidar da saúde; diferentes celebrações religiosas; formas de socializar a produção). dentre outras maneira de ‘viver’ o campo).

No sul e sudeste do Pará, como fruto das lutas feitas pelos movimentos sociais e, a partir da articulação de parceria institucional com a Universidade Federal do Pará (UFPA), os colegiados dos cursos de Pedagogia, Ciências Agrárias e Letras, têm realizado desde 1999 um conjunto de ações de educação do campo financiadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), via Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), voltados ao atendimento da demanda educacional das populações camponesas

moradoras de assentamentos da reforma agrária.

No ano de 1999 foi realizado o Projeto de Formação/Escolarização em Ensino Fundamental (5ª à 8ª séries), ofertado a jovens e adultos moradores de PAs organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI). Em 2001, aconteceu o Projeto de Escolarização/Formação em Ensino Médio Magistério, ofertado em continuidade ao projeto anterior, concluído no ano de 2003. No mesmo ano foi realizado também o Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos, com atividades educativas realizadas pelos(as) educandos(as) do Ensino Médio nos PAs no quais eles moravam.

Em outubro de 2003, iniciou o Projeto de Formação em Nível Médio Agrotécnico (1ª Turma) - oferecido a 80 jovens e adultos moradores de PAs organizados pela FETAGRI. Ainda em parceria com a FETAGRI, foi desenvolvido durante os anos de 2004-2005 o Projeto de Alfabetização/Escolarização em Ensino Fundamental (séries iniciais), oferecendo escolarização de 1ª à 4ª séries a 700 homens e mulheres adultos, moradores de 22 assentamentos.

Em 2004 começaram as atividades do primeiro projeto de ensino superior financiado pelo PRONERA no Sudeste do Pará, o Projeto de Formação em Nível Superior em Agronomia, atendendo a jovens e adultos dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, moradores de PAs organizados pelo MST. No ano de 2006 três novos projetos iniciaram suas atividades, sendo dois no ensino superior e um no ensino médio. São eles: o Projeto de Formação em Nível Médio Agrotécnico (2ª Turma) e o Projeto de Formação em Nível Superior Curso de Pedagogia, em parceria com a FETAGRI; e Projeto de Formação em Nível Superior Curso de Letras, em parceria com o MST. Esses dois últimos, em especial, já tratando da formação de professores-educadores, direcionou-se à demanda das escolas do campo.

Buscando formação crítico-reflexiva possibilitadora de aprendizagens significativas e, orientando-se pela perspectiva de que os projetos curriculares devem ter como ponto de referência para a formação as experiências pessoais concretas vivenciadas pelos educandos e seus grupos culturais, esses projetos de Educação do Campo, no conjunto de suas ações, para além da escolarização formal, têm buscado contribuir para a produção de conhecimentos e experiências que favoreçam o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar na região.

Assim, tais projetos têm assumido como objetivo fundamental realizar um processo educativo voltado à escolarização e formação profissional continuada que possibilite a potencialização da capacidade crítica e criativa dos sujeitos (educadores(as) e educandos(as)) do campo, permitindo o acesso a informações/conhecimentos e instrumentos/mecanismos

que os auxiliem na ampliação da compreensão crítica da realidade sócio-cultural que vivenciam no contexto do campo e da luta pela terra (de sua condição/situação existencial individual e coletiva e das relações sociais e produtivas), possibilitando pensar de forma autônoma a elaboração/produção/implementação de propostas/ações que contribuam para a transformação de tal realidade segundo seus interesses, desejos e necessidades.

Na perspectiva da educação do campo, as atividades dos Projetos se orientam pelo princípio de que não basta assegurar a oferta da escolarização “no” campo e “para” as populações do campo, mas é necessário garantir o direito a uma educação “do” campo, construída com/pelos sujeitos deste contexto sócio-cultural – daí a importância da parceria com os movimentos sociais – e afirmar um currículo que considere tal contexto e suas características como conteúdo indispensável ao processo de formação dessas populações.

Mais que “adequar” à situação do campo aquilo que foi pensado para cidade (conteúdos, material didático e organização pedagógica da escola), o que se deseja é afirmar uma pedagogia e uma escola que sejam “do” campo, contextualizadas e vinculadas à existência e a projetos dos diversos sujeitos que ali vivem e que proporcionem compreensão crítica sobre a dialética presente na relação entre os elementos cotidianos e não-cotidianos condicionadores da existência sócio-cultural e ambiental do campo. Com isso, espera-se possibilitar aos sujeitos ampliarem seus conhecimentos, construindo novos saberes, que os auxiliem a superar fatores adversos que os limitam a conquistar melhores condições de vida – em todas as dimensões – tanto em nível individual quanto coletivo.

Diante desse desafio, têm sido buscadas, incessantemente pelos profissionais da UFPA envolvidos na organização dos projetos, formas de pensá-los e desenvolvê-los de uma maneira que provoque novas contribuições para a constituição da educação do campo no geral, para além do PRONERA. A reflexão sobre as experiências vivenciadas por meio dos projetos, no desenvolvimento das propostas pedagógicas que os sustentam e na interação entre movimentos sociais e universidade, permite-nos visualizar como este processo tem se materializado na perspectiva da reinvenção social da relação Estado-Escola-Sociedade. A luta por uma educação “do” campo e, por conseguinte, a materialização dos ideais curriculares que a sustentam, colocam em questionamento os dispositivos utilizados para manter a desigualdade e a exclusão, próprias da ordem social em que vivemos, ao mesmo tempo em que permitem reinventar novas formas de intervenção de tal ordem.

Desta maneira, as experiências construídas com parceria entre Movimentos Sociais e Universidade, ajudam a provocar, no campo teórico-prático, o debate sobre a própria escola em perspectiva mais ampla, perseguindo a utopia de uma escola que, onde quer que esteja, visualize-se como espaço-sujeito coletivo comprometido com a construção de

conhecimentos voltados à compreensão e transformação da realidade; uma escola comprometida com as mudanças sociais e que consiga acompanhá-las, ao mesmo tempo em que possibilite a formação onilateral, entrelaçando saber universal e saber local, considerando as experiências de vida discentes e investindo nesses para que se tornem sujeitos críticos, criativos e solidários.

Resultante desse processo e do acúmulo de experiências, começa a se afirmar no campus universitário da UFPA em Marabá um quadro de docentes/pesquisadores que, envolvidos com vários projetos, têm contribuído significativamente para o aprofundamento das reflexões acadêmicas sobre Educação do Campo e as experiências desenvolvidas no contexto regional e nacional, principalmente engendrando possibilidades de novos projetos que possam contribuir para a continuidade do processo de transformação pedagógica da escola do campo iniciado na região.

A partir do acúmulo conquistado por esta construção histórica, afirmada pela parceria entre universidade e movimentos sociais do campo, é que está assentado o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, que funciona desde 2009 com turmas orientadas pela alternância pedagógica e que se materializa em períodos letivos intervalares (Janeiro-Fevereiro e Julho-Agosto) na universidade.

3 CARACTERÍSTICA GERAIS DO CURSO

Modalidade Oferta: Presencial

Ingresso: Processo Seletivo Especial

Vagas: 60

Turno: Integral

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Forma de Oferta: Modular

Carga Horária Total: 4305 hora(s)

Título Conferido: Licenciado (a) em Educação do Campo, com ênfase em uma das quatro áreas de conhecimento, em Ciências

Período Letivo: Intensivo ;

Regime Acadêmico: Atividades Curriculares

4 DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

4.1 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

3.DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

3.1. Por uma Licenciatura em Educação do Campo

A criação de um curso de Licenciatura em Educação do Campo faz parte de uma ação mais ampla do Ministério da Educação – MEC, iniciada em 2003, de promover uma política nacional de educação do campo. Essa política vem sendo formulada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, através da Coordenação Geral de Educação do Campo – CGED e do Grupo de Trabalho Permanente de Educação do Campo – GPT.

Com a publicação, ainda em 2003, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, e com a realização, a partir de 2004, de 25 Seminários Estaduais de Educação do Campo, a SECAD/MEC iniciou diferentes ações visando ao fortalecimento da educação do campo no Brasil, dentre as quais, duas merecem destaque: 1) a criação do Programa Saberes da Terra, cujo objetivo é garantir a educação dos jovens e adultos do campo através da rede pública de ensino e com uma organização curricular que respeite as especificidades do campo e 2) a construção de uma Plano Nacional de Formação dos Profissionais da Educação do Campo.

Esses dois programas/planos partem de uma problemática que inter-relaciona a ampliação da inclusão da população do campo na rede pública de ensino à necessidade impendente de organização curricular e metodológica adequada à realidade do campo. Para se corporificar esse elo, faz-se necessária a existência de profissionais da educação do campo capazes de contribuir na formulação dessa organização curricular/metodológica e aplicá-la. Por isso, um Plano de Formação desses Profissionais deve se basear numa metodologia particular que já seja indutora e experienciadora das escolas do campo que se deseja construir/transformar.

Frente a esse desafio, em 2006, o MEC lançou o convite a 07 Instituições Federais de Ensino Superior –IFES-, com comprovado envolvimento na formação de educadores do campo e com experiência em projetos de gestão compartilhada com sujeitos do campo, para construir uma graduação em Licenciatura Plena em Educação do Campo. As IFES convidadas foram: Universidades Federais do Pará (UFPA), da Bahia (UFBA), de Campina Grande (UFCG), de Sergipe (UFS), de Brasília (UNB), de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Do ponto de vista de nossa realidade regional, ao olharmos a situação da educação do

campo, as assimetrias se intensificam, pois nas escolas do campo registradas no último censo do INEP em 2009, apenas 3% das escolas de 1a a 5a séries contavam com professores com formação em nível superior e/ou licenciatura. Com relação ao ensino médio, 45% das escolas contavam com professores habilitados em nível superior e/ou com licenciatura, reforçando a imensa demanda pela formação de educadores do campo. Tais dados reforçam a pertinência de propor uma educação do campo em nossa região voltada à realidade dos sujeitos do campo e a formar professores-educadores aptos para atuarem nessas escolas, haja vista a ausência de profissionais minimamente formados.

3.2. Fundamentos Norteadores

Do ponto de vista epistemológico, acreditamos que o item 1.3., descrito anteriormente no presente projeto, dê conta da perspectiva epistemológica orientadora do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Em relação aos princípios e fundamentos didático-pedagógicos esperamos com a proposição da Licenciatura em Educação do Campo, (...) “preparar educadores para uma atuação profissional que vá além da docência e dê conta da gestão dos processos educativos na escola e no seu entorno”. Para isso, o curso deve formar tanto educadores para atuação específica junto às populações que trabalham e vivem no e do campo, quanto propiciar as bases para organização do trabalho escolar e pedagógico, a partir de estratégias de formação à docência multidisciplinar em uma organização curricular por área do conhecimento.

4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

4.1. Princípios Pedagógicos da Formação Acadêmica em Licenciatura em Educação do Campo

A objetivação do processo de formação acadêmica da Licenciatura em Educação do Campo terá como ponto de partida o resgate e o estudo dos elementos que compõem a memória, os saberes, os valores, os costumes e as práticas sociais e produtivas dos sujeitos do campo e da agricultura familiar. Essa investigação se dará a partir da prática da pesquisa por eixos temáticos, através da qual, fomentar-se-ão a análise e compreensão acadêmica interdisciplinar sobre as características sócio-culturais e ambientais que demarcam o território de existência coletiva destes sujeitos. Nesse contexto, deve-se ter compreensão da complexidade dos conflitos e das contradições que determinam tal existência para que, se

desenvolva a capacidade teórico-prática de pensar-organizar-fazer uma escola básica do campo que apresente uma formação crítico- reflexiva que assegure a capacidade criativa do ser comprometido com os princípios de uma pedagogia emancipatória.

Assim, o curso assume como princípios pedagógicos:

- a formação contextualizada;
- a realidade e as experiências das comunidades do campo como objeto de estudo fonte de conhecimentos;
- a pesquisa como princípio educativo;
- a indissociabilidade teoria-prática;
- o planejamento e a ação formativa integrada entre as áreas de conhecimento [interdisciplinaridade];
- os discentes como sujeitos do conhecimento;
- e a produção acadêmica para a transformação da realidade.

4. 2. Áreas de Conhecimento

Linguagens e Literatura – LL

Ciências Humanas e Sociais – CHS

Ciências Agrárias e da Natureza – CAN

Ciências Matemática – MAT

4.3. Eixos Temáticos

Buscar-se-á desenvolver uma formação acadêmica integrada, superando a perspectiva disciplinar e articulando, em alguns momentos, áreas de conhecimentos diferentes por meio de atividades de estudo comuns orientadas por um único eixo temático e, em outros momentos, articulando disciplinas diferentes de uma mesma área, no estudo de um objeto comum, a partir dos seguintes eixos:

Eixo 1: \" SOCIEDADE, ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E QUESTÃO AGRÁRIA \"

Eixo 2: \" EDUCAÇÃO DO CAMPO \"

Eixo 3: \" SABERES, CULTURAS E IDENTIDADES \"

Eixo 4: \" SISTEMAS FAMILIARES DE PRODUÇÃO \"

Eixo 5 \" CAMPO, TERRITORIALIDADE E SUSTENTABILIDADE \"

4.4. Matriz Curricular da LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

4.4.1. Núcleos de Formação

A matriz curricular da Licenciatura em Educação do Campo propõe a organização e o desenvolvimento do processo formativo através de três núcleos distintos e inter-relacionados, contemplando momentos de estudo comuns, momentos de estudo específicos e momentos livres de aprofundamento de conhecimentos. Nesta perspectiva, propõe-se a seguinte estrutura curricular:

- Núcleo Comum: aglutinará os conteúdos acadêmicos referentes à área da Pedagogia, Ciências Humanas e Sociais; Letras e Linguagens; Matemática e Ciências Agrárias e da Natureza, focando os estudos necessários à construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades da docência, à compreensão dos aspectos que envolvem o desenvolvimento da aprendizagem em geral e o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, ao aprendizado dos fundamentos da pesquisa em educação, à compreensão das características e práticas próprias da agricultura familiar camponesa e à compreensão das questões que envolvem a realidade sócio-ambiental do campo no Brasil e na Amazônia.

- Núcleo Específico: aglutinará os conteúdos específicos referentes à cada área/habilitação, focando os estudos necessários à construção de conhecimentos e habilidades docentes especializadas por área, à reflexão epistemológica de cada área, ao aprendizado dos fundamentos da pesquisa por área e à compreensão de aspectos da realidade do campo em conformidade com aquilo que é próprio de cada área [clima; solo; ecologia; práticas agrônômicas; história e cultura camponesa; políticas públicas; etc]

- Núcleo de Atividades Complementares: As atividades complementares correspondem a 200 horas e deverão ser cumpridas ao longo do curso. Consistem em momentos de vivência nos ambientes e nas situações no âmbito dos conhecimentos teórico-práticos nas áreas de

abrangência do curso, onde o educando ampliará sua formação prática como componente curricular. São consideradas atividades complementares aquelas vivenciadas ao longo do curso através de atividades de pesquisa, ensino e extensão, desenvolvidas na forma de monitorias, excursões, viagens e pesquisas de campo, estágios, participação em eventos (seminários, debates, palestras, cursos, minicursos, oficinas, dentre outras.).

Os núcleos comum e específico realizar-se-ão durante oito etapas de uma forma intercalada a cada Tempo-Espaço Universidade (TEMPO ESCOLA – TE). Cada etapa deverá iniciar com atividades do núcleo comum, realizando-se em seguida as atividades do núcleo específico e concluindo-se a etapa novamente com atividades do núcleo comum. Espera-se que a pesquisa a ser construída em cada Tempo-Espaço Localidade (TEMPO COMUNIDADE – TC) estimule as atividades de estudo próprias de cada núcleo a cada Tempo-Espaço Universidade.

Nas duas últimas etapas, espera-se que o conjunto de estudos produzido a partir dos dados da pesquisa construída ao longo do curso em cada Tempo-Espaço Localidade, se constitua em um diagnóstico sócio-cultural, ambiental e econômico que estimule, durante estas etapas, debates e reflexões que gerem como Trabalho de Conclusão de Curso, projetos de ação voltados à educação do campo na região. Abaixo descrevemos melhor os momentos e elementos curriculares do percurso formativo.

4.2 OBJETIVO DO CURSO

a. Construção curricular que contemple e articule uma sólida formação do educador nos princípios éticos e sociais próprios à atuação como profissionais da educação (e particularmente da Educação do Campo), na compreensão teórica e prática dos processos de formação humana (e particularmente dos processos sociais formadores dos sujeitos do campo), nas pedagogias, metodologias e didáticas próprias à gestão de processos educativos e ao trabalho com os sujeitos da educação básica (especialmente infância, adolescência e juventude) e nos conteúdos pertinentes às áreas de conhecimento, e em especial na área escolhida para sua atuação docente específica.

b. Trabalho por áreas do conhecimento com a organização dos componentes curriculares e trabalho pedagógico interdisciplinar (incluindo dentro das possibilidades também a docência multidisciplinar), de modo que os estudantes-educadores possam vivenciar na prática de sua formação a lógica metodológica para a qual estão sendo preparados.

- c. Ênfase na pesquisa, como processo desenvolvido ao longo do curso e integrador de outros componentes curriculares, culminando na elaboração de um trabalho monográfico com defesa pública.
- d. Processos, metodologias e postura docente que permitam a necessária dialética entre educação e experiência, garantindo um equilíbrio entre rigor intelectual e valorização dos conhecimentos já produzidos pelos educadores em suas práticas educativas e em suas vivências sócio-culturais;
- e. Estágios curriculares que incluam experiência de exercício profissional prioritariamente nos seguintes âmbitos: - docência multidisciplinar na área de conhecimento escolhida em escolas do campo, de educação fundamental ou média; - docência ou gestão de processos educativos nos anos iniciais da educação fundamental e na educação infantil; - participação em projetos de desenvolvimento comunitário vinculados às escolas do campo, a programas de educação de jovens e adultos e ou a movimentos sociais e sindicais, organizações não governamentais ou outras entidades que desenvolvem atividades educativas não escolares junto às populações do campo.

4.3 PERFIL DO EGRESSO

O perfil do egresso desejado pelo curso é um profissional capaz de (i) exercer a docência multidisciplinar, a partir de uma das áreas de conhecimento propostas, a saber: Letras e Linguagens; Ciências Humanas e Sociais; Ciências Agrárias e da Natureza; Matemática; (ii) participar da gestão de processos educativos escolares; (iii) ter atuação pedagógica nas comunidades rurais, para além da prática escolar.

4.4 COMPETÊNCIAS

- (i) exercer a docência multidisciplinar, a partir da área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais;
- (ii) participar da gestão de processos educativos escolares;
- (iii) ter atuação pedagógica nas comunidades rurais, para além da prática escolar.

Reforça-se a ideia aqui de que a atuação profissional dos educadores formados pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFGPA Campus Marabá deverão ter atuação pedagógica nas comunidades rurais, para além da prática escolar, ou seja, o espaço agrário

na interface com as cidades, o território e as territorialidades dessas populações e comunidades do campo deverão guiar as práticas de atuação profissional dos egressos.

4.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.5. Momentos e Elementos Curriculares do Curso Formativo

4.5.1 Alternância Pedagógica

A organização das atividades acadêmicas privilegia um processo formativo vivenciado em meio a e por diferentes tempos, espaços e práticas, articulados entre sessões de Tempo-Espaço Universidade e Tempo-Espaço Localidade, experimentados através da organização e participação em seminários, oficinas e mini-cursos, estudo teórico em grupos temáticos, organização e produção de material didático acadêmico, visitas de estudo e pesquisas em instituições, organizações sociais e/ou comunidades, vivência de estágios, etc..., buscando estimular o exercício da pesquisa, do estudo e do trabalho de forma indissociável e assumido como elemento fundamental da formação e auto-formação acadêmica e profissional, inicial e continuada.

4.5.1.1 Tempo-Espaço Universidade

I - Sessões de Estudo do Núcleo Comum

A Sessões de Estudo do Núcleo Comum Acontecem a cada Tempo-Espaço Universidade, na sequência dos Seminários de Socialização T-E Localidade e contam com a participação de toda a turma. Constituem-se em momentos de estudo interdisciplinar [aulas], organizados a partir do trabalho de professores e disciplinas referências, em que se consideram as temáticas propostas por área para pesquisa de cada eixo nos T-E Localidade. Espera-se que o Tempo-Espaço Universidade permita um primeiro aprofundamento das reflexões sobre os dados apresentados e sobre as questões levantadas a cada Seminário de Socialização T-E Localidade. Realizar-se-á também, durante estas sessões, os estudos dos conhecimentos pedagógicos e da educação do campo, voltados à formação da docência.

II - Sessões de Estudo do Núcleo Específico

As Sessões de Estudo do Núcleo Específico acontecem a cada T-E Universidade, na sequência das Sessões de Estudo do Núcleo Comum e contam com a participação de estudantes segundo a opção por área de conhecimento, considerando as temáticas propostas pela área para pesquisa nos T-E Localidade. Constituem-se em momentos de estudos [aulas], organizados a partir do trabalho de professores e disciplinas referenciais, e buscam estimular a apropriação e reelaboração dos conhecimentos produzidos historicamente em tal área, de forma a permitir, de maneira especializada, o aprofundamento das reflexões sobre os dados apresentados e as questões levantadas pelas pesquisas socioeducacionais.

III - Seminários de Socialização Tempo-Espaço Localidade

Os Seminários de Socialização Tempo-Espaço Localidade são momentos realizados a cada início do período de Tempo-Espaço Universidade, articulados interdisciplinarmente, objetivando a reflexão acadêmica e pedagógica, as questões agrárias e a educação do campo e/ou a análise e reflexão dos dados das pesquisas realizadas pelos estudantes no Tempo-Espaço Localidade.

IV - Seminários Temáticos sobre Elaboração de Projetos de Pesquisa-Ação [Metodologia Científica]

Os Seminários Temáticos sobre elaboração de projetos de pesquisa-Ação são Momentos realizados no final de cada etapa do período Tempo-Espaço Universidade; centrados por áreas de conhecimento, objetivam o planejamento das temáticas de cada área a serem pesquisadas no Tempo-Espaço Localidade e têm, como referência, os eixos temáticos que orientam a formação no curso e o roteiro integrador da pesquisa socioeducacional e o estágio-docência.

4.5.1.2 Tempo-Espaço Localidade

I - A Pesquisa Sócio-Educacional

O Tempo Localidade (Tempo Comunidade) é o tempo das práticas de pesquisa social e educacional. Configura-se como momento de investigação acadêmica sobre o cotidiano

pedagógico das escolas rurais e das comunidades em que elas se situam. É o momento de levantamento de dados e da vivência de experiências sócio-educativas na escola e na comunidade de modo a permitir a construção de reflexões sobre a realidade e os processos pedagógicos que se desenvolvem no campo.

O Tempo Localidade é o tempo da Pesquisa Sócio-Educacional, em que, mais do que um mero exercício de coleta de dados, buscar-se-á, a partir da análise dos aspectos que condicionam a vida dos sujeitos do campo, fomentar o estudo e a reflexão sobre as possibilidades da ação pedagógica, [individual e coletiva, educadores e escola] visando ao desenvolvimento de processos formativos e à produção de conhecimentos que ajudem no empoderamento político-cultural e na sustentabilidade das comunidades camponesas.

Nesta perspectiva, articulada à pesquisa das realidades das comunidades, propõem-se aqui, como elementos importantes da Pesquisa Sócio-Educacional, a investigação e análise do cotidiano pedagógico, das compreensões e práticas dos sujeitos educativos e do currículo das escolas rurais. Em algumas circunstâncias, tomar-se-á o exercício da docência como estratégia para imersão no cotidiano das escolas e realização de tal investigação, tendo como perspectiva a pesquisa-ação, por meio da prática de ensino [como atividade curricular] ou do aproveitamento do próprio exercício profissional dos participantes do curso. Assim, durante o Tempo Localidade, buscar-se-á garantir, através da realização da Pesquisa Sócio-Educacional, que a prática [da pesquisa, da docência e da docência-pesquisadora] se afirme como um componente curricular na formação ofertada pelo curso, atendendo também uma exigência legal posta aos cursos de licenciatura [Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002].

II - Estágio Docência

O Estágio Docência Será realizado durante o Tempo-Espaço Localidade em escolas e comunidades do campo, com carga horária de 400h, ao longo de quatro momentos diferenciados e articulados às atividades de pesquisa e estudo. O estágio constitui-se na vivência e no exercício profissional da docência na área de conhecimento optada pelos estudantes, sob orientação e acompanhamento de professores, articulado ao planejamento das instituições de ensino do campo de estágio.

III - Plano de Pesquisa-Ação Socioeducacional e Estágio-Docência

O Plano de Pesquisa-Ação Socioeducacional e Estágio Docência é o instrumento orientador e articulador das atividades de estudo, experimentação, pesquisa de campo e de estágio-docência a serem realizadas pelos estudantes no Tempo-Espaço Localidade, nas Visitas e/ou nos Estágios Profissionais e está ancorado nos enfoques temáticos propostos pelos eixos, bem como nos temas da educação para a diversidade, nos direitos humanos e na questão ambiental, configurando-se, assim, como um importante instrumento pedagógico para a organização e sistematização do processo de formação a ser vivenciado pelos estudantes.

A – Pesquisa Socioeducacional I

Tema: Histórias Locais: Histórias de vida e da comunidade

Objetivo: Produzir fontes orais sobre as trajetórias e experiências de vida de moradores da localidade, visando à construção de narrativa de histórias locais.

Metodologia

Na pesquisa a ser realizada, a história oral cumprirá o papel de produzir relatos de histórias de vida como evidências (fontes) para o estudo das histórias da comunidade. A produção de fontes orais será obtida pelos licenciandos por meio da técnica de entrevista de história de vida, que será gravada em aparelho digital. Essas entrevistas devem focar a trajetória de vida do narrador e suas experiências significativas na localidade.

Na realização das entrevistas poderão ser juntadas imagens (fotografias, cartazes, desenhos,...) que referenciam ou foram referenciadas no relato do narrador. Podem ser aquelas cedidas pelo próprio depoente ou as que o estudante possa produzir (fotografias de espaços, por exemplo) ou buscar noutras fontes (cartazes, por exemplo).

A escolha dos narradores deverá considerar o trabalho com redes de pessoas, por exemplo, observar critérios de gênero, etnia e personagens que possam ser justificados sua escolha em função da relação visibilidade ou invisibilidade na comunidade e diferenciação de papéis sociais assumidos na coletividade.

As etapas de processamento e análise das entrevistas realizadas, nesta etapa, serão: (i) transcrição digitada das entrevistas; (ii) conferência de fidelidade; (iii) impressão/cópia das entrevistas; (iv) análise preliminar das entrevistas: elaborar uma linha de tempo para identificar a trajetória de vida de cada depoente; para cada entrevista, realizar análise temática de seus conteúdos, destacando-se temas principais, classificando-os como temas da vida privada/familiar e da vida coletiva/comunitária; elaborar um quadro único da análise temática das entrevistas, utilizando os critérios e a classificação já realizada, identificando os

temas mais comuns/recorrentes e os menos recorrentes/incomuns; elaborar uma proposta de cronologia para a história da localidade.

Além das atividades centrais com a produção e pré-análise de fontes orais, cada licenciando deverá realizar uma pesquisa de identificação da produção bibliográfica existente sobre a localidade.

Assim, as duas últimas tarefas dessa etapa serão: (i) organizar todo o material de fontes e pré-análise produzidas, numa pasta, devidamente identificada, com uma produção bibliográfica sobre a localidade(ii) elaborar uma apresentação a ser realizada na Socialização do T-E-Localidade, contendo: (a) uma breve caracterização da realidade imediata da comunidade campo da pesquisa (montar um álbum de fotos), com justificativa da escolha dessa para a pesquisa; (b) um memorial da pesquisa de campo e das atividades de pré-análise, destacando aprendizados e dificuldades; (c) os produtos da pré-análise, especificamente são: linha do tempo de cada depoente; quadro único da análise temática; proposta de cronologia para a história da comunidade.

B – Pesquisa Socioeducacional II

Tema: Práticas Pedagógicas nas localidades rurais

Objetivo: Analisar as práticas pedagógicas da educação (formal e não formal) e as condições em que são ofertadas nas localidades rurais.

Metodologia

Na pesquisa da educação em localidades rurais buscar-se-á, a partir de dados da educação formal e não formal realizada nas localidades rurais, fomentar o estudo e a reflexão sobre as práticas pedagógicas ofertadas nas localidades rurais, na educação formal e não formal; bem como as condições em que a educação é ofertada nas comunidades rurais, permitindo construir um diagnóstico da educação que é realizada por diversas instituições no campo.

A carga horária do trabalho será dividida entre pesquisa de campo para levantamento de dados nas instituições formais e não formais (escola, associação, igrejas etc), leituras para aprofundamento da temática e do conceito ampliado de Educação e a produção de sistematização e análise na construção do relatório de pesquisa, a ser socializado no início do próximo Tempo Universidade.

Durante a etapa do Tempo Escola, os alunos deverão elaborar, com a orientação dos professores das disciplinas de metodologia, questões norteadoras de pesquisa para as práticas pedagógicas: formal (escolar) e não formal (não-escolares).

A pesquisa será realizada em duas etapas: (i) os estudantes farão a caracterização da educação ofertada na localidade, buscando, através das questões norteadoras, identificar

essas práticas e instituições que desenvolvem essas atividades na localidade; (ii) em situações de grande quantidade de instituições e práticas pedagógicas encontradas, e a densidade em que eles ocorrem, os estudantes poderão fazer escolhas de problemática para serem aprofundadas da educação formal ou não formal. No entanto, essa escolha precisa ser justificada, tendo como objetivo entender como essas práticas se iniciaram e construir uma avaliação das condições em que se desenvolve a educação: formal e/ou não formal nas comunidades rurais.

A partir da abordagem qualitativa de pesquisa, serão utilizados os seguintes métodos de coleta de dados: (i) pesquisa exploratória, incluindo dados estatísticos; (ii) pesquisa documental nas instituições; (iii) entrevistas semiestruturadas (gravadas e transcritas) com moradores, estudantes, professores e profissionais que atuam nas instituições.

O trabalho a ser produzido para Socialização T-E-Localidade e debate na área do conhecimento, bem como para acompanhamento e orientação dos professores do curso, será em forma de Relatório de Estágio-Docência:

- Relatório de Pesquisa: a partir de uma aproximação da realidade pesquisada, de observações assistemáticas e conversas não formais, produzir uma caracterização das instituições que atuam na localidade, sejam elas formais ou não formais. As instituições deverão ser identificadas e caracterizadas (histórico e condições de funcionamento) e a formação ofertada (objetivos gerais, público atendido, níveis e modalidades ofertadas, perfil dos agentes pedagógicos, conteúdos e atividades pedagógicas desenvolvidas etc).

C – Pesquisa Socioeducacional III

Tema: Produção Educacional: Realidade das Localidades

Objetivo: Realizar a comunicação das pesquisas nas comunidades, materializando e disponibilizando produtos didáticos, culturais e bibliográficos, visando fortalecer a participação nas pesquisas e a mediação das comunidades/escolas nos processos de formação dos licenciandos, especialmente pela criação e fortalecimento dos vínculos entre esses sujeitos-espacos. Além disso, abordar temas e problemas relevantes às comunidades, como história, saberes, identidades (étnico-culturais, gênero, classe social, dentre outras) e questão socioambiental.

Metodologia

A construção da comunicação das pesquisas nas comunidades pressupõe a materialização de produtos didáticos e/ou culturais e/ou bibliográficos tendo como materiais as fontes e análises produzidas nas pesquisas socioeducacionais I e II. Portanto, a atividade deverá apresentar três dimensões: (i) de sistematização geral das pesquisas realizadas ou do

tratamento de algum tema/problema identificado nas pesquisas; (ii) de tradução da sistematização num material (suporte) de comunicação do conhecimento para a escola/comunidade, podendo seu processo de produção ser realizado coletivamente num grupo local existente ou constituído para fins da atividade; (iii) de socialização e interação na comunidade/escola da produção materializada.

A comunicação do conhecimento poderá ser materializada através de diferentes suportes/produtos, tendo como referência os três tipos de produção, abaixo relacionadas, acompanhadas de algumas possibilidades (sugestões): (a) produções didático-pedagógicas: atlas histórico-cultural, calendário histórico-cultural, cartografia sociocultural, jornal mural, cartazes pedagógicos, caderno ou cartilha didática, dentre outros; (b) produções artístico-cultural: peça teatral, grafiteagem, peça radiofônica, vídeo/filme, desenho e pintura com exposição artístico-educacional, exposição de fotos e imagens, festival de música, cordel, dentre outros; (c) Produções bibliográficas: jornal na escola, artigo acadêmico-científico, dentre outros.

A atividade de socialização na comunidade deverá incluir um memorial das pesquisas realizadas.

Para a atividade de Socialização T-E-Localidade, cada estudante deverá apresentar o produto materializado, bem como um memorial descrito do processo de produção e interação na comunidade/escola.

D – Pesquisa Socioeducacional IV e Estágio-Docência I

Tema: Saberes Escolares

Objetivo: Realizar a investigação dos saberes escolares na prática docente e no currículo escolar, visando a: (i) observar os saberes escolares na educação rural, enfocando as relações educativas e os conteúdos do currículo praticado, incluindo as questões socioambientais e agrárias e as classificações sociais (etnia, geração, gênero e classe social); (ii) discutir a disciplinarização do saber no currículo escolar.

Metodologia

A investigação do currículo escolar será realizada como Estágio-Docência de Pesquisa-Observação Sistemática na segunda etapa do ensino fundamental. A investigação-observação incidirá sobre os conteúdos e as metodologias dos currículos oficiais praticados.

O trabalho implicará no desenvolvimento das seguintes atividades:

- Estudo Dirigido: Estudar e comparar os Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Fundamental) e o Currículo “Formal” do Ensino Fundamental (2ª etapa) da

escola/município, com base nos seguintes critérios: concepções do conhecimento disciplinar; concepções de ensino; conteúdos previstos;

- Observação e pesquisa documental na escola: Estudar o Projeto Político-Pedagógico da Escola (concepção e princípios do currículo escolar); investigar-observar horas-aulas das disciplinas em série/ano do Ensino Fundamental (2ª etapa);

- Análise da Observação: Essa análise será realizada cruzando referenciais teóricos estudados nos Tempos Espaços Universidade e Localidade e os dados (descrições) das observações realizadas em sala de aula (conforme objetivos e roteiros) e nos documentos escolares.

Os trabalhos a serem produzidos para Socialização T-E-Localidade e debate na área do conhecimento, bem como para acompanhamento e orientação dos professores do curso, serão:

- Caderno de descrição da observação de sala de aula: A observação deverá ser objeto de descrição imediata em caderno (suporte) próprio e exclusivo para esta finalidade;

- Relatório de Estágio-Docência: O relatório deve ser construído a partir das normas que regulam a realização de trabalhos acadêmicos, tendo objeto a Pesquisa-Observação Sistemática realizada.

E – Pesquisa Socioeducacional V e Estágio-Docência II

Tema: Cultura

Objetivo: Realizar pesquisa educativa interdisciplinar tendo como objeto a relação escola-comunidade como espaços-sujeitos de produção cultural, visando a processos de conscientização sobre o(s) projeto(s) cultural(is) presentes na localidade.

Metodologia

A pesquisa educativa interdisciplinar deverá envolver estudantes e professores da segunda etapa do Ensino Fundamental e ser desenvolvida na área de conhecimento que o(s) licenciando(s) esteja cursando. Como parte da estratégia de educar pela pesquisa, os estudantes deverão ser envolvidos em todas as etapas (planejamento, desenvolvimento, sistematização e socialização), visando à apropriação das relações implicadas na educação como prática social específica entre processos de produção de conhecimento e didatização do saber.

Em linhas gerais, a pesquisa educativa envolverá atividades de pesquisa, estudo, produção educacional e socialização na escola-comunidade. Cada área de conhecimento do curso construirá um planejamento prévio e geral de orientação dos licenciandos, tendo em vista seus objetos e métodos próprios, observando a questão da educação em direitos

humanos, educação ambiental, educação para as relações étnico-raciais, de gênero e geração. O exercício da prática docente na escola deverá ser objeto de diálogo local e com os sujeitos a serem envolvidos.

A cultura deverá ser compreendida no sentido ampliado, incluindo todas as atividades e produções humanas, consideradas pela não dicotomia entre objetividade e subjetividade, mas na perspectiva da compreensão da co-emergência do mundo e das subjetividades que ele implica.

Tendo em vista o objetivo supracitado, o(s) licenciando(s) deverá(ão) desenvolver as seguintes atividades (individual e/ou coletivamente):

- Estudo dirigido: referencial teórico e metodológico complementar para o desenvolvimento da pesquisa educativa;
- Eleger enfoque e tema gerador: Eles deverão contribuir para o debate sobre o(s) projeto(s) cultural(is) presente(s) na localidade, compreendendo sua historicidade, suas relações com processos de identidade-alteridade e com a atuação pedagógica da escola. Dois enfoques que poderão ser tomados como referência para escolha de tema gerador da investigação-ação: (i) relacionamento do ser humano com a natureza e (ii) relacionamento entre as pessoas e entre os grupos sociais;
- Desenvolver todas as etapas do processo da pesquisa educativa: constituir formalmente atividade integradora da realidade social, da prática educativa e do estágio docência. Incluir a atividade de comunicação/ socialização da produção realizada na escola/comunidade. Todo o processo deverá ser objeto de registro-descrição imediata;
- Elaborar relatório do processo da pesquisa (relatório de estágio-docência): memorial descritivo do processo, análise da metodologia e dos resultados alcançados com a pesquisa e identificação dos desafios pedagógicos.

Para o debate na área do conhecimento e para o acompanhamento e a orientação dos professores do curso, o(s) licenciando(s) deverá(ão) apresentar os seguintes produtos na atividade de Socialização T-E-Localidade:

- Caderno de registro-descrição imediata das atividades: A pesquisa deverá ser objeto de descrição imediata em caderno (suporte) próprio e exclusivo para esta finalidade;
- Relatório de Estágio-Docência: O relatório deve ser construído observando os elementos descritos para esta atividade;
- Produção educacional: material produzido na sistematização e comunicação da pesquisa realizada com/na escola-comunidade, ou, no caso de materiais que devam permanecer visualizados na escola (por exemplo, cartazes), o licenciando poderá produzir imagens do mesmo (fotografias).

F – Pesquisa Socioeducacional VI e Estágio-Docência III

Tema: Trabalho

Objetivo: Identificar, a partir da pesquisa-ação interdisciplinar, as concepções de trabalho presentes nas atividades pedagógicas do Ensino Médio do campo ou na vivência em espaços não formais com a juventude na localidade rural.

Metodologia

A pesquisa sócio-educacional VI terá como temática central o trabalho como princípio educativo e como contexto de formação, e tem como foco a observação sistemática das práticas pedagógicas no ensino médio (trabalho docente e o sentido do trabalho dado no Ensino Médio no Campo pelos diferentes sujeitos), e, no caso de sua inexistência, a vivência-observação sistemática em espaços não formais com a juventude.

A escolha do Ensino Médio como foco do estágio-docência, justifica-se por ser o nível de ensino em que a LPEC se propõe a formar educadores e por haver nesse nível, historicamente, concepções diferenciadas de trabalho em disputa.

Outra justificativa para o trabalho com a temática é que o perfil do público atendido pelo ensino médio consiste de jovens do campo, que têm em sua vida cotidiana a problemática do trabalho posta, pois muitas vezes já assumem papéis de adultos.

Na realização da pesquisa, os estudantes dedicarão uma carga horária de 50 horas para observação das práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições, tendo como foco as concepções de trabalho que perpassam as atividades com a juventude no campo, registrando com detalhamento o cotidiano desses espaços.

A pesquisa será realizada a partir da metodologia da observação e do registro sistemático das atividades desenvolvidas em espaços formais e não formais que tenham como objetivo o trabalho como princípio educativo.

As etapas de construção desse trabalho de observação e análise dos dados serão os seguintes: (i) Pesquisa-Observação Sistemática no Ensino Médio ou vivência a partir de observação sistemática em espaços não formais, (ii) Registro sistemático/contínuo das atividades pedagógicas desenvolvidas, (iii) Entrevistas com diferentes sujeitos do processo educativo observado, (iv) Estudo dirigido: referencial bibliográfico sobre o tema a ser orientado pelo coletivo de professores, escolhido a cada etapa, (v) Elaborar relatório do processo da Pesquisa-Observação (relatório de estágio-docência): memorial descritivo do processo, análise da metodologia e dos resultados alcançados com a pesquisa-observação e identificação dos desafios pedagógicos, observando os seguintes pontos de sistematização: (a) caracterização dos sujeitos e/ou do espaço pesquisado; (b) seleção de recortes/relatos da

observação, que tenha como foco o trabalho realizado com a juventude do campo e as concepções presente no cotidiano desses sujeitos; (c) interpretação e análise de como o trabalho é apresentado aos jovens pelas instituições educativas e como esses jovens falam do trabalho no seu cotidiano.

O(s) licenciando(s) deverá(ão) apresentar durante a atividade de Socialização T-E-Localidade, para debate na área do conhecimento, bem como para acompanhamento e orientação dos professores do curso, os seguintes produtos: (i) Relatório de Estágio-Docência: o relatório deve ser construído observando os elementos descritos para esta atividade, (ii) Caderno de registro da Observação Sistemática e (iii) Transcrição das Entrevistas.

G - Pesquisa Socioeducacional VII e Estágio-Docência IV

Tema: Trabalho e Juventude

Objetivo: Realizar pesquisa educativa interdisciplinar no ensino médio ou em espaços de educação não-formais, tendo o trabalho como princípio educativo e como contexto de formação. Colocar a relação entre educação, trabalho e juventude como um problema de pesquisa e debater como a educação do campo pode valorizar e fortalecer essa relação.

Metodologia

Por se tratar de uma temática voltada à discussão da relação entre trabalho e juventude, a pesquisa será desenvolvida interligando o espaço escolar, nas séries do ensino médio, com os espaços não formais de ensino. Como parte da estratégia de educar pela pesquisa, os alunos deverão ser envolvidos em todas as etapas (planejamento, desenvolvimento, sistematização e socialização), visando à apropriação das relações implicadas na educação como prática social específica entre processos de produção de conhecimento e didatização do saber. Em linhas gerais, a pesquisa envolverá atividades de pesquisa, estudo temático, produção educacional e socialização na escola-comunidade.

Atividades específicas a serem desenvolvidas:

- Definição do tema a ser abordado por educando: o enfoque proposto é a análise da relação entre trabalho e juventude nos espaços formais e não formais educativos.
- Estudo dirigido: referencial teórico e metodológico complementar para o desenvolvimento da pesquisa;
- Pesquisa-ação educativa: os educandos da LPEC deverão eleger um enfoque de ação que esteja diretamente interligado à relação do trabalho e da juventude, buscando desenvolver atividades de intervenção baseadas no trabalho como princípio educativo para acentuar a importância da inter-relação dos espaços formais e não formais de ensino no processo

formativo do sujeito jovem do campo. Essa atividade dará continuidade à busca de respostas das seguintes questões: Qual a relação dos jovens com o trabalho, com a escola, com a família e com as relações sociais? Como a escola vem trabalhando a formação dos jovens na perspectiva da relação com o mundo do trabalho no contexto das necessidades das comunidades? Os conteúdos disciplinares e interdisciplinares vêm sendo trabalhados nessa perspectiva? De que maneira? Qual o nível de integração dos espaços formais e não formais de ensino? Como a pesquisa-ação participativa poderá contribuir para processos e metodologias integradores do currículo e das práticas educativas?

- Produção educacional e socialização na escola/comunidade: desenvolvimento de uma ação educativa baseada nos dados do relatório anterior e nas vivências pedagógicas da presente pesquisa.

- Elaborar relatório do processo da pesquisação (relatório de estágio-docência): memorial descritivo do processo, análise da metodologia e dos resultados alcançados e identificação dos desafios pedagógicos.

Como debate na área do conhecimento, o(s) licenciando(s) deverá(ão) apresentar, durante a atividade de Socialização T-E-Localidade e, para acompanhamento e orientação dos professores do curso, os seguintes produtos: (i) Caderno de registro-descrição imediata das atividades: a pesquisação deverá ser objeto de descrição imediata em caderno (suporte) próprio e exclusivo para esta finalidade, (ii) relatório de Estágio-Docência: o relatório deve ser construído observando os elementos descritos para esta atividade e (iii) produção educacional: material produzido na sistematização e comunicação da pesquisação realizada na escola e nos espaços não formais de ensino.

IV - Viagens de Trabalho de Campo

As viagens de trabalho de campo possuem, no curso, o sentido de mobilizar elementos da realidade amazônica, em particular, e Brasileira, em geral, que dialoguem com os eixos temáticos que orientam a estrutura curricular, em especial os temas da diversidade social, ambiental e étnico-cultural. Nesse sentido, a perspectiva é aprofundar metodologias de pesquisa de campo e, assim, acessar elementos, dados e processos estruturantes da realidade a fim que estes ajudem, ao mesmo tempo, a consolidar teorias e processos estudados no Tempo Universidade e a sensibilizar os educandos para a compreensão de novos conteúdos.

Esses trabalhos possuem o sentido de construir aprendizados de metodologias de campo, como pesquisa e análise bibliográfica e documental, observações sistemáticas, entrevistas e

etnografia. Além disso, os trabalhos também têm o sentido de experimentar diferentes formas de registro e linguagem para que os resultados sejam comunicáveis através de exposições fotográficas, produções áudios-visuais, teatralização e produção de materiais didáticos. A realização destes trabalhos será no período inter-etapas (Tempo Comunidade) para que seus objetivos sejam concretizados e seus produtos serão finalizados durante o período de realização dos Seminários de Socialização do Tempo Comunidade, com exceção do primeiro, que faz parte do Seminário “Sociedade, Estado, Movimentos Sociais e Questão Agrária” e integra a carga horária da primeira etapa do curso.

A - Saberes e Territórios em disputa no sudeste do Pará

Objetivo: Compreender a dinâmica de conflito entre diferentes territorialidades e a dinâmica de formação da fronteira no sudeste do Pará no sentido de visualizar as formas de geração do valor na região, explorando as agroestratégias ligadas à mineração e ao agronegócio, as formas de organização, a luta social e os processos didático-pedagógicos estruturantes da educação do campo em comunidades camponesas.

Itinerário: Marabá, Vila Sororó, Eldorado dos Carajás, Curionópolis, Parauapebas, PA Palmares II, Serra dos Carajás, Núcleo Urbano de Carajás.

Metodologia: Observação sistemática e entrevista.

Produto: Exposição fotográfica, audiovisual.

Realização: durante o Seminário “Sociedade, Estado, Movimentos Sociais e Questão Agrária” – ETAPA I.

B - O Brasil Fronteira: diversidade sócio-ambiental e dinâmica de expansão capitalista entre a Amazônia e o Cerrado

Objetivo: O trabalho busca entender os processos mais amplos de estruturação capitalista no Brasil, em diferentes ecossistemas com complexidades ambientais distintas. Busca também compreender a diversidade de formas de organização contra-hegemônica e emancipatória. Temas como migração, formação regional e diversidade cultural e de sistemas produtivos visam consolidar uma leitura da região sudeste do Pará dialogando com outras referências e experiências.

Itinerário: Marabá, Sul do Tocantins, oeste do Piauí, sudeste do Maranhão.

Metodologia: Pesquisa e análise bibliográfica e observação sistemática

Produto: teatralização e audiovisual

Realização: realização entre a 2ª e a 3ª etapas, no segundo tempo comunidade.

C - Ordenamento territorial, recursos e diversidade ambiental: o eixo de colonização da Transamazônica

Objetivo: O trabalho visa compreender o processo de colonização da transamazônica, a fim de que se percebam as diferenciações ambientais, produtivas e culturais, bem como os processos de ordenamento territorial impostos pelo Estado e as diferentes formas de organização e luta social nesse eixo.

Itinerário: Marabá, Novo Repartimento, Pacajá, Anapú, Belo Monte e Altamira.

Metodologia: Observação sistemática e entrevistas.

Produto: audiovisual e teatralização

Realização: entre a 4ª e 5ª etapas, no quarto tempo comunidade.

D - História e diversidade sócio-territorial na Amazônia

Objetivo: O trabalho visa compreender os diferentes processos de expansão capitalista, isto é, os grãos (no eixo Rondon do Pará – Paragominas) e os agrocombustíveis (no eixo Moju-Tailândia). Visa também compreender as formas de organização e resistência, bem como a diversidade de formas de colonização, particularmente a diferença entre a colonização da Belém-Brasília e da zona Bragantina, além de reconhecer a diversidade cultural amazônica. Em termos mais gerais, o trabalho também pretende visualizar os processos históricos de formação regional amazônico a partir das formas espaciais em Belém.

Itinerário: Marabá, Rondon do Pará, Dom Eliseu, Paragominas, Castanhal, Apeú, Belém, Moju, Tailândia.

Metodologia: Pesquisa e análise documental e bibliográfica e observação sistemática.

Produto: Exposição fotográfica, áudio-visual e teatralização.

Realização: entre a 5ª e 6ª etapas, no quinto trabalho de campo.

E - Família, trabalho e sociabilidade: experiência social e produtiva de comunidades rurais

Objetivo: o trabalho tem o sentido de produzir um envolvimento entre os educandos e as realidades diferentes em termos de cultura, identidade, trabalho e produção, no sentido de estes vivenciarem o cotidiano de distintas comunidades.

Locais de vivência: Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA)/PA Palmares II, Aldeia Indígena, comunidades quilombolas e agroextrativistas, Assentamento Califórnia.

Metodologia: etnografia e pesquisa participante

Produto: cartilhas

Realização: entre a 6ª e 7ª etapas, no sexto tempo comunidade.

4.5.2 Grupos de Estudos, Pesquisa e Trabalhos Acadêmicos - GEPTA

Os GEPTA são momentos e espaços organizados pelos professores-pesquisadores do curso e/ou pelos próprios estudantes. Caracterizam-se como grupos temáticos, privilegiando a interdisciplinaridade e se voltam à realização de atividades de pesquisa, estudo ou extensão, tendo como objeto questões focadas em temas vinculados aos eixos do curso e à diversidade social, ambiental e étnico-cultural, que produzam conhecimentos e ajudem a enriquecer e diversificar a formação acadêmica a partir dos interesses acadêmicos dos sujeitos [alunos e professores] que deles participam.

Para instrumentação dos grupos temáticos, prevê-se a implantação de dois laboratórios: (i) Laboratório de Memória Oral e Visual e (ii) Laboratório de Cartografia Social dos Povos do Campo. Esses laboratórios têm por objetivos:

- Possibilitar a formação dos licenciandos em diferentes linguagens e com diferentes estratégias didático-pedagógico-metodológicas de ensino, pesquisa e extensão através da utilização de instrumental audiovisual e cartográfico;
- Implementar estratégias de formação docente para o uso de diferentes linguagens e ferramentas em sala de aula;
- Produzir mapas e materiais didático-pedagógicos da Educação do Campo, dos povos do campo e assentamentos/comunidades rurais.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

5.1 APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO CURSO

Demonstrativo das Atividades Pedagógicas – ÊNFASE EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

EIXO -I

ETAPA- I

ATIVIDADE PEDAGÓGICA -

MODALIDADE/CARGA

HORÁRIA(Teórica/Prática)

HISTORIA DE VIDA I-OFFICINAS PEDAGÓGICAS/90h 0

SOCIEDADE, ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E QUESTÃO

AGRÁRIA-SEMINÁRIO/135h 45h

PISTEMOLOGIA GERAL- AULAS/ 45H
METODOLOGIA CIENTÍFICA I- AULAS/ 45h
SUBTOTAL: 315h 45h
TOTAL: 360h

ETAPA -II

PESQUISA I-TEMPO COMUNIDADE/ 0 175h
Socialização TEL I-AULAS/ 45h
EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DA NATUREZA-AULAS/60h
EPISTEMOLOGIA DA MATEMÁTICA- AULAS/60h 0
EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS-AULAS/60h
EPISTEMOLOGIA DAS LETRAS E LINGUAGENS-AULAS/60h
PRODUÇÃO TEXTUAL- OFICINAS PEDAGÓGICAS/45h
METODOLOGIA CIENTÍFICA II-AULAS/30h
SUBTOTAL: 360h 175h
TOTAL: 535h

EIXO -II

ETAPA- III

PESQUISA II - TEMPO COMUNIDADE/ 0 175h
Socialização T-E L II- SEMINÁRIO/ 45h
CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS DA EDUCAÇÃO- AULAS/ 45h
SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO- AULAS/ 45h
CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL-AULAS/ 45h
APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO HUMANO- AULAS/45h
LETRAMENTO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL- AULAS/ 45h
CURRÍCULO E EDUCAÇÃO DO CAMPO- AULAS/ 45h
METOD. CIENTIF. III- AULAS/ 45h
SUBTOTAL 360h 175h
TOTAL 535h

EIXO- III

ETAPA- IV

PESQUISA III-TEMPO COMUNIDADE/ 0 175h
Socialização T-E L III- SEMINÁRIO/ 45h

ETNOCIÊNCIA- AULAS /45h 0
INTROD. AO PENSAMENTO HISTÓRICO -AULAS/ 60h
INTROD. AO PENSAMENTO GEOGRÁFICO- AULAS/ 60h
INTROD. AO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO- AULAS/ 60h
INTROD. AO PENSAMENTO ANTROPOLÓGICO- AULAS/ 60h
METOD. CIENTIF. IV- AULAS/ 30h
SUBTOTAL 360h 175h
TOTAL 535h

ETAPA - V

PESQUISA IV -TEMPO COMUNIDADE/ 0- 75h
DOCÊNCIA I- ESTÁGIO /0- 100h
Socialização T-E L IV- SEMINÁRIO/ 45h
POLÍTICA E FORMAÇÃO DO ESTADO NO BRASIL- AULAS/ 60h
INTERPRETAÇÃO SÓCIOPOLÍTICA DO BR CONTEMPORÂNEO- AULAS/60h
CULTURAS E IDENTIDADES NA AMAZÔNIA- AULAS/60h
ESTADO, POLÍTICA E FORMAÇÃO TERRITORIAL DA AMAZÔNIA -AULAS /60h
DIDÁTICA E METODOLOGIA DO ENSINO- AULAS/ 45h
METOD. CIENTIF.V - AULAS/ 30h
SUBTOTAL: 360h -175h
TOTAL: 535h

EIXO -IV

ETAPA- VI

PESQUISA V -TEMPO COMUNIDADE/ 0 -75
DOCÊNCIA II- ESTÁGIO 0 -100h
Socialização T-E L V- SEMINÁRIO /45h
SISTEMAS FAMILIARES DE PRODUÇÃO- AULAS/ 45h
FORMAÇÃO SÓCIOECONÔMICA DO BR- AULAS/ 60h
HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO -AULAS/ 60h
FORMAÇÃO SÓCIOECONÔMICA DA AMAZÔNIA- AULAS/ 60h
ECONOMIA POLÍTICA LATINO-AMERICANA- AULAS/ 60h
METOD. CIENTÍF. VI -AULAS/ 30h
SUBTOTAL 360h- 175h
TOTAL 535h

ETAPA- VII

PESQUISA VI -TEMPO COMUNIDADE/ 0 -75h

DOCÊNCIA III- ESTÁGIO/ 0 -100h

Socialização T-E L VI- SEMINÁRIO/ 45h

CULTURA AFROCARIBENHA E RELAÇÕES CARIBE-BRASIL- AULAS/ 60h

LUTA SOCIAL NA PAN-AMAZÔNIA- AULAS/ 60h 0

HISTÓRIAS DESCOLONIAIS E INTEGRAÇÃO LATINO
AMERICANA- AULAS/ 60h

MUNDO DO TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES -AULAS/ 60h

TÓPICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL-OFICINAS/45h

METOD. CIENTIF. VII- AULAS/ 30h

SUBTOTAL: 360h 175h

TOTAL:535h

EIXO - V

ETAPA - VIII

PESQUISA VII -TEMPO COMUNIDADE/ 0 -75h

DOCÊNCIA IV- ESTÁGIO/ 0 -100h

SOCIALIZAÇÃO TEL VII- SEMINÁRIO/ 45h

LIBRAS -AULAS/ 45h

ÁFRICA, INVENÇÃO E REINVENÇÕES- AULAS/ 60h

CAMPO, TERRITORIALIDADE E SUSTENTABILIDADE- SEMINÁRIO/ 60h

TCC – CHS -ORIENTAÇÃO INDIVIDUAL 105h

SOCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA/ SEMINÁRIO 45h

SUBTOTAL:360h -175h

TOTAL:535h

Demonstrativo das Atividades Pedagógicas – ÊNFASE EM LETRAS E LINGUAGENS

ATIVIDADE PEDAGÓGICA MODALIDADE CARGA HORÁRIA (Teórica Prática)

EIXO - I

ETAPA - I

HISTORIA DE VIDA I OFICINAS PEDAGÓGICAS 90h

SOCIEDADE, ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E QUESTÃO
AGRÁRIA SEMINÁRIO 135h -45
EPISTEMOLOGIA GERAL AULAS 45h
METODOLOGIA CIENTÍFICA I AULAS 45h
SUBTOTAL 315h- 45h
TOTAL 360h

ETAPA II

PESQUISA I TEMPO COMUNIDADE 0 -175h
Socialização TEL I AULAS 45h
EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DA NATUREZA AULAS 60h
EPISTEMOLOGIA DA MATEMÁTICA AULAS 60h
EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS AULAS 60h
EPISTEMOLOGIA DAS LETRAS E LINGUAGENS AULAS 60h
PRODUÇÃO TEXTUAL OFICINAS PEDAGÓGICAS 45h
METODOLOGIA CIENTÍFICA II AULAS- 30h
SUBTOTAL 360h -175h
TOTAL 535h

EIXO - II

ETAPA- III

PESQUISA II TEMPO COMUNIDADE 0 -175h
Socialização TEL II SEMINÁRIO 45h
CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS DA EDUCAÇÃO AULAS 45h
SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO AULAS 45h
CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL AULAS 45h
APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO HUMANO AULAS 45h
LETRAMENTO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL AULAS 45h
CURRÍCULO E EDUCAÇÃO DO CAMPO AULAS 45h
METOD. CIENTIF. III TEMPO COMUNIDADE 45h
SUBTOTAL 360h 175h
TOTAL 535h

EIXO -III

ETAPA - IV

PESQUISA III TEMPO COMUNIDADE 0 -175h

SOCIALIZAÇÃO T-E L III SEMINÁRIO 45h

ETNOCIÊNCIA AULAS 45h

FALA, ESCRITA E ALFABETIZAÇÃO AULAS 120h

TEXTO E DISCURSO AULAS 120h

METOD. CIENTIF. IV AULAS 30h

SUBTOTAL 360h 175h

TOTAL 535h

ETAPA- V

PESQUISA IV TEMPO COMUNIDADE 0- 75h

DOCÊNCIA I ESTÁGIO 0- 100h

Socialização T-E L II SEMINÁRIO 45h

LINGUAGEM E CULTURA AULAS 60h

LINGUAGEM E SOCIEDADE AULAS 60h

LITERATURA E HISTÓRIA AULAS 60h

LITERATURA E SOCIEDADE AULAS 60h

DIDÁTICA E METODOLOGIA DO ENSINO OFICINAS 45h

METOD. CIENTIF. V AULAS 30h

SUBTOTAL 360h -175h

TOTAL 535h

EIXO - IV

ETAPA- VI

PESQUISA V TEMPO COMUNIDADE 0- 75

DOCÊNCIA II ESTÁGIO 0- 100h

Socialização T-E L III SEMINÁRIO 45h

SISTEMAS FAMILIARES DE PRODUÇÃO AULAS 45h

LINGUAGEM E ENSINO AULAS 60h

PRODUÇÃO ESCRITA E ENSINO AULAS 60h

LINGUÍSTICA ROMÂNICA AULAS 60h

ESTUDOS CULTURAIS AULAS 60h

METOD. CIENTÍF. VI AULAS 30h

SUBTOTAL 360h -175h

TOTAL 535h

PESQUISA VI TEMPO COMUNIDADE 0- 75h

DOCÊNCIA III ESTÁGIO 0 -100h

Socialização T-E L IV SEMINÁRIO 45h

LITERATURA E NARRATIVA AULAS 60h

LITERATURA E TEATRO AULAS 60h

LITERATURA, POEMA E MÚSICA AULAS 60h

LÍNGUAS INDÍGENAS DO BRASIL AULAS 60h

TÓPICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL OFICINAS 45h

METOD. CIENTIF. VII AULAS 30h

SUBTOTAL 360h 175h

TOTAL 535h

ETAPA -VII

PESQUISA VII TEMPO COMUNIDADE 0 -75h

DOCÊNCIA IV ESTÁGIO 0 -100h

SOCIALIZAÇÃO TEL VII SEMINÁRIO 45h

LIBRAS AULAS 45h 0

ÁFRICA, INVENÇÃO E REINVENÇÕES AULAS 60h

CAMPO, TERRITORIALIDADE E SUSTENTABILIDADE SEMINÁRIO 60h

TCC - LL ACOMPANHA- MENTO INDIVIDUAL 105h

SOCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SEMINÁRIO 45h

SUBTOTAL 360h 175h

TOTAL 535h

Demonstrativo das Atividades Pedagógicas – ÊNFASE EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DA NATUREZA

ATIVIDADE PEDAGÓGICA MODALIDADE CARGA HORÁRIA (Teórica /Prática)

EIXO - I

ETAPA - I

HISTORIA DE VIDA I OFICINAS PEDAGÓGICAS 90h

SOCIEDADE, ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E QUESTÃO

AGRÁRIA SEMINÁRIO 135h- 45h
EPISTEMOLOGIA GERAL AULAS 45h
METODOLOGIA CIENTÍFICA I AULAS 45h
SUBTOTAL 315h- 45h
TOTAL 360h

ETAPA- II

PESQUISA I TEMPO COMUNIDADE 0 -175h
Socialização TEL I AULAS 45h
EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DA NATUREZA AULAS 60h
EPISTEMOLOGIA DA MATEMÁTICA AULAS 60h
EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS AULAS 60h
EPISTEMOLOGIA DAS LETRAS E LINGUAGENS AULAS 60h
PRODUÇÃO TEXTUAL OFICINAS PEDAGÓGICAS 45h
METODOLOGIA CIENTÍFICA II AULAS 30h
SUBTOTAL 360h 175h
TOTAL 535h

EIXO - II

ETAPA - III

PESQUISA II TEMPO COMUNIDADE 0 -175h
SEMINÁRIO T-E L II SEMINÁRIO 45h
CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS DA EDUCAÇÃO -AULAS /45h
SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO AULAS 45h
CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL AULAS 45h
APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO HUMANO AULAS 45h
LETRAMENTO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL AULAS 45h
CURRÍCULO E EDUCAÇÃO DO CAMPO AULAS 45h
METOD. CIENTIF. III TEMPO COMUNIDADE 45h
SUBTOTAL 360h 175h
TOTAL 535h

EIXO - III

ETAPA - IV

PESQUISA III TEMPO COMUNIDADE 0 -175h

Socialização T-E L III SEMINÁRIO 45h

ETNOCIÊNCIA AULAS 45h

FUND. TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DAS CAN AULAS 60h

INTRODUÇÃO A GEOCIÊNCIAS AULAS 60h

SERES VIVOS: ORGANISMOS E FUNÇÕES AULAS 60h

MECÂNICA APLICADA AO CAMPO AULAS 60h

METOD. CIENTIF. IV AULAS 30h

SUBTOTAL 360h 175h

TOTAL 535h

ETAPA - V

PESQUISA IV TEMPO COMUNIDADE 0 -75h

DOCÊNCIA I ESTÁGIO 0 -100h

Socialização T-E L IV SEMINÁRIO 45h

ECOLOGIA AULAS 60h

ENERGIA E AGRICULTURA AULAS 60h

INDICADORES DE QUALIDADES DOS REC. NATURAIS -AULAS/60h

BOTÂNICA E ZOOLOGIA DOS ECOSISTEMAS AMAZÔNICOS AULAS 60h

DIDÁTICA E METODOLOGIA DO ENSINO OFICINAS 45h

METOD. CIENTIF. V AULAS 30h

SUBTOTAL 360h 175h

TOTAL 535h

EIXO - IV

ETAPA - VI

PESQUISA V TEMPO COMUNIDADE 0 75

DOCÊNCIA II ESTÁGIO 0 100h

Socialização T-E L V SEMINÁRIO 45h

SISTEMAS FAMILIARES DE PRODUÇÃO AULAS 45h

INTRODUÇÃO A AGROCLIMATOLOGIA E HIDROLOGIA AULAS 60h

MANEJO AGROECOLÓGICOS DOS AGROECOSISTEMAS AULAS 60h

AGRICULTURA E SISTEMAS AGROECOLÓGICOS DE PRODUÇÃO AULAS 60h

ANÁLISE E FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO AGRÍCOLA AULAS 60h
METOD. CIENTÍF. VI AULAS 30h
SUBTOTAL 360h 175h
TOTAL 535h

ETAPA - VII

PESQUISA VI TEMPO COMUNIDADE 0- 75h
DOCÊNCIA III ESTÁGIO 0- 100h
Socialização T-E L VI SEMINÁRIO 45h
SISTEMAS FAMILIARES DE PRODUÇÃO AULAS 60h
TECNOLOGIAS AGROECOLÓGICOS AULAS 60h
GESTÃO AMBIENTAL E AGRÍCOLA AULAS 60h
DESENVOLVIMENTO RURAL OFICINAS 60h
TÓPICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL OFICINAS 45h
METOD. CIENTIF. VII AULAS 30h
SUBTOTAL 360h 175h
TOTAL 535h

EIXO - V

ETAPA - VIII

PESQUISA VII TEMPO COMUNIDADE 0- 75h
DOCÊNCIA IV ESTÁGIO 0- 100h
SOCIALIZAÇÃO TEL VII SEMINÁRIO 45h
LIBRAS AULAS 45h
ÁFRICA, INVENÇÃO E REINVENÇÕES AULAS 60h
CAMPO, TERRITORIALIDADE E SUSTENTABILIDADE SEMINÁRIO 60h
TCC - LL ACOMPANHA- MENTO INDIVIDUAL 105h
SOCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SEMINÁRIO 45h
SUBTOTAL 360h 175h
TOTAL 535h

Demonstrativo das Atividades Pedagógicas – ÊNFASE MATEMÁTICA

ATIVIDADE. PEDAGÓGICA.... MODALIDADE.... CARGA. HORÁRIA
(Teórica/ Prática)

EIXO - I

ETAPA I

HISTORIA DE VIDA I OFICINAS PEDAGÓGICAS 90h

SOCIEDADE, ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E QUESTÃO
AGRÁRIA SEMINÁRIO 135h -45h

EPISTEMOLOGIA GERAL AULAS 45h

METODOLOGIA CIENTÍFICA I AULAS 45h

SUBTOTAL 315h 45h

TOTAL 360h

ETAPA - II

PESQUISA I TEMPO COMUNIDADE 0- 175h

Socialização TEL I AULAS 45h

EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DA NATUREZA AULAS 60h

EPISTEMOLOGIA DA MATEMÁTICA AULAS 60h

EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS AULAS 60h

EPISTEMOLOGIA DAS LETRAS E LINGUAGENS AULAS 60h

PRODUÇÃO TEXTUAL OFICINAS PEDAGÓGICAS 45h

METODOLOGIA CIENTÍFICA II AULAS 30h

SUBTOTAL 360h 175h

TOTAL 535h

EIXO - II

ETAPA - III

PESQUISA II TEMPO COMUNIDADE 0 -175h

Socialização T-E L II SEMINÁRIO 45h

CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS DA EDUCAÇÃO AULAS 45h

SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO AULAS 45h

CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL AULAS 45h

APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO HUMANO AULAS 45h

LETRAMENTO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL AULAS 45h

CURRÍCULO E EDUCAÇÃO DO CAMPO AULAS 45h
METOD. CIENTIF. III TEMPO COMUNIDADE 45h
SUBTOTAL 360h 175h
TOTAL 535h

EIXO -III

ETAPA - IV

PESQUISA III TEMPO COMUNIDADE 0- 175h

Socialização T-E L III SEMINÁRIO 45h

ETNOCIÊNCIA AULAS 45h 0

ARITMÉTICA BÁSICA AULAS 60h

ÁLGEBRA BÁSICA AULAS 60h

CONJUNTOS E FUNÇÕES AULAS 60h

INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA AULAS 60h

METOD. CIENTIF. IV AULAS 30h

SUBTOTAL 360h 175h

TOTAL 535h

ETAPA - V

PESQUISA IV TEMPO COMUNIDADE 0- 75h

DOCÊNCIA I ESTÁGIO 0- 100h

Socialização T-E L IV SEMINÁRIO 45h

GEOMETRIA PLANA E ESPACIAL AULAS 60h

GEOMETRIA ANALÍTICA AULAS 60h

DIDÁTICA DA MATEMÁTICA AULAS 60h

MATEMÁTICA FINANCEIRA AULAS 60h

DIDÁTICA E METODOLOGIA DO ENSINO OFICINAS 45h

METOD. CIENTIF. V AULAS 30h

SUBTOTAL 360h 175h

TOTAL 535h

EIXO - IV

ETAPA - VI

PESQUISA V TEMPO COMUNIDADE 0 -75

DOCÊNCIA II ESTÁGIO 0- 100h

Socialização T-E L V SEMINÁRIO 45h

SISTEMAS FAMILIARES DE PRODUÇÃO AULAS 45h

CÁLCULO I AULAS 60h

ÁLGEBRA LINEAR AULAS 60h

ANÁLISE COMBINATÓRIA AULAS 60h

INFORMÁTICA NO ENSINO DA MATEMÁTICA AULAS 60h

METOD. CIENTÍF. VI AULAS 30h

SUBTOTAL 360h 175h

TOTAL 535h

ETAPA - VII

PESQUISA VI TEMPO COMUNIDADE 0- 75h

DOCÊNCIA III ESTÁGIO 0- 100h

Socialização T-E L VI SEMINÁRIO 45h

CÁLCULO II AULAS 75h

FÍSICA FUNDAMENTAL I AULAS 75h

MATEMÁTICA FINANCEIRA AULAS 75h

TÓPICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL OFICINAS 45h

METOD. CIENTIF. VII AULAS 45h

SUBTOTAL 360h 175h

TOTAL 535h

EIXO -V

ETAPA - VIII

PESQUISA VII TEMPO COMUNIDADE 0 -75h

DOCÊNCIA IV ESTÁGIO 0 -100h

SOCIALIZAÇÃO TEL VII SEMINÁRIO 45h

LIBRAS AULAS 45h 0

ÁFRICA, INVENÇÃO E REINVENÇÕES AULAS 60h

CAMPO, TERRITORIALIDADE E SUSTENTABILIDADE SEMINÁRIO 60h

TCC - LL ACOMPANHA- MENTO INDIVIDUAL 105h
SOCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SEMINÁRIO 45h
SUBTOTAL 360h 175h
TOTAL 535h

5.2 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso será construído a partir do conjunto de dados levantados nas pesquisas realizadas durante as atividades do Tempo-Espaço Localidade - orientadas pelos eixos - e dos dados e conhecimentos produzidos a partir dos GEPTA's. Este trabalho final constitui-se na produção acadêmica individual tomada como critério obrigatório para a conclusão do e diplomação no curso. O trabalho terá defesa pública, seguindo legislação específica da UFPA.

O TCC constitui-se num exercício de produção acadêmica de cada educando orientado por um educador e/ou educadores parceiros do curso. Enquanto objetivos do TCC, destacam-se os seguintes:

- Fortalecer a formação acadêmica reflexivo-crítica dos(as) educandos(as) do curso de Licenciatura em Educação do Campo/Campus Marabá;
- Produzir um diálogo reflexivo-crítico entre as experiências dos(as) educandos(as) do curso, as principais matrizes teórico-metodológicas trabalhadas ao longo da formação e a realidade vivenciada por eles(as) nas escolas e comunidades rurais;
- Sistematizar e produzir reflexões acadêmicas que possam subsidiar projetos e ações transformadoras das escolas do campo e comunidades rurais e
- Contribuir na produção e ressignificação de materiais didáticos e paradidáticos para as escolas e comunidades rurais.

A LPEC deve incorporar em sua trajetória acúmulos e estratégias do movimento mais amplo da 'educação do campo', do qual três dimensões são colocadas como orientadoras dos processos formativos: (i) dimensão epistemológica – trata-se de provocar novas formas de produção do conhecimento acadêmico, a partir do estreitamento na relação universidade-movimentos e organizações sociais, ou seja, que tipo de conhecimento está sendo produzido? Para/com quem está sendo produzido? E, como está sendo produzido?; (ii) dimensão pedagógica – o curso subverte os cursos de licenciatura tradicionais, incorporando

a interdisciplinaridade e ‘novos’ elementos pedagógicos, como por exemplo, a alternância pedagógica de tempos e espaços formativos tidos como uma espécie de formação contínua e articulada pela pesquisa e pelo trabalho como princípios educativos e curriculares; (iii) dimensão política – os cursos de ‘educação do campo’ buscam intervir na realidade estudada e pesquisada, a fim de possibilitar transformações nas escolas e comunidades rurais.

Dito isso, propomos que os TCC’s tratem, estudem, analisem e expliquem uma determinada realidade/situação educacional de uma escola e/ou comunidade do campo e/ou também deem conta de articular e dialogar com o que vem sendo construídos por esse movimento mais amplo da ‘educação do campo’; dito de outra forma, esses trabalhos devem dialogar com a realidade educacional-pedagógica e curricular das escolas do campo e da educação básica escolar do campo entendida para além da escola propriamente dita, a partir das diferentes áreas de conhecimento do curso, mas podem e devem também refletir academicamente e criticamente sobre qual é o campo da educação do campo na região.

Dessa forma, objetiva-se dar ênfase à produção acadêmica refletida criticamente a partir do contexto agrário regional, das lutas sociais mais amplas protagonizadas pelos movimentos sociais organizados do campo e das principais estratégias materiais e imateriais postas em prática pelas comunidades camponesas da região na efetivação de sua reprodução histórica e cotidiana.

Para tal, organiza-se, metodologicamente, a produção do TCC nos seguintes momentos:

- Os educandos devem ao final da quinta etapa do curso (segunda etapa de formação no Núcleo Específico em uma das áreas de conhecimento) definir, com o apoio dos educadores, um professor orientador do curso e/ou de cursos parceiros vinculados a uma das quatro áreas de conhecimento: CHS – Ciências Humanas e Sociais; CAN – Ciências Agrárias e da Natureza; (iii) LL - Letras e Linguagens e (iv); MAT – Matemática;
- A partir dessa definição, os educandos estarão vinculados a um projeto e/ou ação de ensino, pesquisa e/ou extensão desenvolvido pelo curso e coordenado por um professor, que deverá apoiá-lo na escolha de um tema e construção de uma problemática de pesquisa abarcando uma das duas dimensões elencadas anteriormente: (i) problemática das escolas e da educação básica do campo e/ou (ii) aspectos sociais, culturais, políticos e produtivos do campo da educação do campo e das comunidades camponesas na região;
- A prévia definição de um professor orientador ao final da quinta etapa do curso se deve aos seguintes aspectos: (i) ao fato dos mesmos já terem tido contato nas etapas anteriores com os principais referenciais teórico-epistemológicos das diferentes áreas do conhecimento do curso; (ii) sendo a quinta etapa, a segunda do curso na área de conhecimento escolhida, os educandos deverão ter tido contato com boa parte dos professores do curso e/ou de parceiros

e dos principais projetos e/ou ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no âmbito do curso, possibilitando, assim, a escolha do professor orientador; (iii) ainda, ao final dessa quinta etapa do curso, no desenrolar do desenvolvimento curricular, o educando estará iniciando a segunda atividade de Estágio-Docência. Dessa maneira, é necessária a articulação entre as atividades curriculares do Tempo-Espaço Localidade (Pesquisa Sócio-Educacional, Prática educativa e o Estágio-Docência) e as atividades de construção do TCC individual.

Com isso, espera-se que seja facilitada, do ponto de vista pedagógico-metodológico, a construção do TCC ao longo das etapas seguintes do curso, fortalecendo a relação dos educandos com os orientadores em momentos, ora mais coletivos, com toda turma nas atividades de 'preparação do Tempo-Comunidade' de pesquisa sócio-educacional e Estágio-Docência, ora em momentos mais individualizados, tanto no período das etapas, como nas atividades de acompanhamento do Tempo-Espaço Localidade.

Por fim, reforça-se a ideia de que toda produção acadêmica do curso seja construída articulando, dialogando e privilegiando as experiências e realidade dos sujeitos e comunidades do campo, problematizada criticamente pelos referenciais teórico-metodológicos e epistemológicos trabalhados durante curso, com o objetivo de colher elementos que possam auxiliar na melhor interpretação, compreensão e transformação dos processos sociais, educacionais, políticos, produtivos, econômicos e culturais mais amplos.

5.3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

É ofertado na modalidade da alternância pedagógica, na qual os estudantes alternam períodos de estudos presenciais no Tempo Espaço Universidade, ou seja, cursam as atividades curriculares presencialmente no 1º período (janeiro e fevereiro) e 3º período (julho e agosto) ofertados pela UFPA, e vivenciam o Tempo Espaço Localidade, (março a junho e setembro a dezembro) no qual desenvolvem atividades como estudo, pesquisa e extensão nas localidades rurais nas quais residem.

Uma das particularidades do curso é a oferta de quatro áreas do conhecimento para habilitação dos estudantes, que escolherão a partir do terceiro período, como afirma a Art. 4º da minuta de resolução do PPC, aprovado pelo CONSEP: “o Curso constituir-se-á de quatro áreas de conhecimento sendo que cada uma acarretará em uma habilitação específica do curso, sendo elas: Licenciatura Plena em Educação do Campo com habilitação em

Linguagens, Literatura e Artes, ou Ciências Humanas e Sociais (CNS) ou Ciências Agrárias e da Natureza (CAN) ou Matemática.”

O estágio docência obrigatório constitui-se na vivência e no exercício profissional da docência na área de conhecimento optada pelos estudantes, sob orientação e acompanhamento de docentes do curso. O objetivo dessa atividade curricular é articular e integrar as atividades de formação dos estudantes no tempo universidade com as atividades no Tempo Localidade relacionando as discussões teórico-práticas com a vivência em espaços educativos formais e não-formais da Educação do Campo. Por isso, as atividades teórico/práticas serão realizados durante o Tempo Espaço localidade em escolas e comunidades do campo.

A realização do Estágio docência tem como finalidade problematizar as experiências dos estudantes e confrontá-las a partir do universo educativo no qual irá atuar como profissional. Dessa forma, o estágio deve oportunizar experiências formativas que estejam relacionadas à área temática escolhida pelo aluno e ao mesmo tempo se articulem com as outras dimensões e saberes previstos na estrutura do curso.

A resolução CNE/CP 2/2002 – art 1º, normatiza a realização e a carga horária de 400h do Estágio de Docência obrigatório a ser realizada ao longo dos cursos de licenciatura. Para cumprir essa exigência, no curso LPEC, dividimos o estágio docência em quatro atividades curriculares de 100 horas, sendo ofertado a partir do quarto Tempo Universidade.

A carga horária de estágio será de 100 horas, podendo ser subdividida em acompanhamento das atividades curriculares a partir da observação sistemática, planejamento e desenvolvimento de ações educativas nas escolas e localidades rurais, de acordo com o roteiro de pesquisa/estágio encaminhado pelos docentes no Tempo Universidade, que deverá ser cumprida de forma rigorosa pelos estudantes.

No retorno ao Tempo Universidade, deverão ser socializadas em sala de aula as atividades realizadas durante o Estágio Docência e deverão ser entregues ao Docente orientador de estágio o Relatório, o Caderno de Estágio e Ficha de acompanhamento preenchida, assinada e carimbada pela escola, o qual os encaminhará a Coordenação do Estágio para produção do relatório semestral do curso.

5.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares correspondem a 200 horas e deverão ser cumpridas ao longo

do curso. Consistem em momentos de vivência nos ambientes e nas situações no âmbito dos conhecimentos teórico-práticos nas áreas de abrangência do curso, onde o educando ampliará sua formação prática como componente curricular. São consideradas atividades complementares aquelas vivenciadas ao longo do curso através de atividades de pesquisa, ensino e extensão, desenvolvidas na forma de monitorias, excursões, viagens e pesquisas de campo, estágios, participação em eventos (seminários, debates, palestras, cursos, minicursos, oficinas, dentre outras; apresentação de trabalhos em eventos e organização de eventos do âmbito da educação do campo e da área do conhecimento.

5.5 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A prática pedagógica do curso de Educação do Campo está baseada em atividades pedagógicas de estágio e docência.

5.6 POLÍTICA DE PESQUISA

A pesquisa se integra à proposta da Licenciatura em Educação do Campo como uma das dimensões do processo formativo, de modo que o processo ensino-aprendizagem, deve estar fundamentado no movimento ação-reflexão-ação. Acreditamos que já descrevemos detalhadamente no item 4.5.1.2 item III a estratégia e a política de pesquisa do curso. Para isso, a cada final de Tempo-Escola serão definidos, no interior da área do conhecimento, objetos de investigação que respondam a problemáticas apontadas pelos eixos norteadores do processo formativo. Nesta proposta, o ensino decorre diretamente da investigação científica que propiciará o confronto entre diferentes saberes, tendo em vista sempre a produção de novos saberes que deverão incorrer em ações alternativas de ensino-aprendizagem no campo, ações que se traduzam em vivências do/no campo.

5.7 POLÍTICA DE EXTENSÃO

O curso proposto, em seu próprio desenho curricular já aponta para a relevância de atividades de extensão como catalizadoras do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que a integração entre ensino e pesquisa requerem o diálogo necessário e permanente com os saberes que os sujeitos elaboram para além dos muros da universidade. Neste sentido, a extensão não é vista como meras ações de prestação de serviços a uma dada comunidade. A

extensão é um espaço profícuo para garantir o dialogo entre conhecimentos já historicamente sistematizados e os conhecimentos que os sujeitos do campo elaboram na sua vivência com outros tempos-espacos. O confronto entre estes dois saberes deve se dar no ato da pesquisa e na forma de síntese ele deve ser submetido ao planejamento de ações que o educando em formação deve propor para intervir criticamente nas escolas do campo.

Desse modo, o processo de formação do educando deve integrar rigorosamente o ensino, a pesquisa e a extensão e no que refere ao atendimento do mínimo de 10% da carga horária do curso destinada às atividades de extensão previstas no Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA acreditamos estar contemplada a exigência no ponto 4.5.1.2 item III onde descrevemos detalhadamente o exercício da pesquisa desenvolvidos na formação dos licenciandos ao longo do curso e o que do ponto de vista didático-pedagógico e metodológico confere uma interação permanente do educando com sua comunidade de referência indissociando assim a pesquisa e a extensão ao longo do curso.

5.8 POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

Entendemos que os portadores de necessidades especiais estão incluídos nessa demanda das comunidades rurais, por isso o Campus Universitário de Marabá tem construído uma política de acessibilidade a partir de como construção de rampas com corrimão, elevadores para cegos e portadores de necessidades. O Núcleo de Acessibilidade do Campus, dentro do Núcleo de Educação Especial - NEES, vinculado ao curso de Pedagogia, da mesma faculdade que estamos inseridos, tem contribuído no debate sobre a produção de recursos didático pedagógicos. No Núcleo já possui uma infraestrutura básica, onde podem ser reproduzidos materiais em braile e ampliados.

6 PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

Da mesma forma que o curso exige do educando um exercício teórico-metodológico pautado na pesquisa inter e pluridisciplinar, a ação docente também deverá se pautar numa perspectiva pedagógica que permita o rompimento das barreiras disciplinares.

Está no âmbito do projeto, que os professores que atuarão no curso devem pautar suas ações docentes nos eixos que orientam a formação do educando. Assim sendo, a cada momento inicial de etapa, haverá encontros de planejamento integrado envolvendo os docentes que

atuarão naquela etapa nas diferentes áreas do conhecimento com a finalidade de estreitar o diálogo em torno do eixo que norteia aquela etapa do curso. Serão criados espaços de encontros, estudos de grupos, grupos de pesquisa que devem favorecer ações integradas entre professores e áreas de conhecimento. Além disso, a cada início de etapa, cada professor deve socializar o seu percurso teórico metodológico a ser adotado, de acordo com a orientação dos eixos e as problemáticas por eles endereçadas. O que se espera, portanto, é a construção de possibilidades de trabalhos coletivos no interior da universidade, no sentido de (re)significar as práticas docentes em prol do Projeto de Educação do Campo.

7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

7.1 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO

A avaliação na Licenciatura em Educação do Campo é considerada em sua dimensão pedagógico, como um elemento constitutivo do processo de planejamento e replanejamento da formação proposta, desenvolvida de forma contínua, visando contribuir para a potencialização do processo ensino e de aprendizagem.

Assume-se ainda a avaliação como instrumento que contribui para a materialização da gestão democrática do processo pedagógico, possibilitando aos participantes do curso o diálogo sobre o processo formativo e o encaminhamento e dinamização de propostas que revitalizem continuamente a formação oferecida, garantindo, quando necessário, sua adequação as demandas que emergentes durante o período de curso e a superação das dificuldades que possam comprometer o êxito do mesmo.

Assim, primando pela afirmação de princípios éticos e de indissociabilidade teórico-prática pensamos no processo avaliativo como mais um momento de aprendizagens. Desta maneira, a avaliação é compreendida no curso como um processo diagnóstico, investigativo, formativo, sistemático, contínuo, participativo, que deve possibilitar aos sujeitos participantes o redimensionamento das ações desenvolvidas, apontando a necessidade de avançar ou retomar determinados objetivos propostos, aprendizagens significativas, constituindo-se num exercício permanente de diálogo sobre o processo.

A seguir seguem propostas de estratégias e instrumentos de avaliação do curso, da ação docente e da aprendizagem discente. Entretanto, ressalte-se que caberá em tempo futuro à Faculdade de Educação do Campo em qualquer tempo, de acordo com as demandas que possam emergir, propor procedimentos e processos diversificados, internos e externos, para a avaliação das ações docentes, considerando a compatibilidade com os preceitos legais

estabelecidos par tal processo avaliativo, tendo sempre em conta a qualidade do curso e potencialidade das intervenções nas ações pedagógicas do campo.

8.1 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Apesar da existência de uma proposta pedagógica inicial, o currículo de um curso é expresso realmente a partir da construção cotidiana vivenciada no desenvolvimento da formação e, assim, o currículo, dentro de um determinado contexto, acaba sendo resultado de como os sujeitos compreendem e exercitam a formação no curso proposto, tanto docentes como discentes.

Daí a importância da avaliação coletiva e reflexão contínua sobre o processo em desenvolvimento, para que, tomando a proposta inicial como referência, o currículo possa ser pensado e repensado no sentido do constante planejamento do percurso formativo de modo a garantir a melhoria das condições de ensino-aprendizagem e sucesso do curso. São propostos aqui como meios- instrumentos de avaliação:

- Plenárias de Avaliação, em que os discentes e docentes do curso possam manifestar a avaliação sobre o processo educativo - considerando os resultados da avaliação discente e da avaliação docente – e encaminhar propostas para o planejamento integrado e reorientação do percurso formativo quando necessário;
- Reuniões do NDE – Núcleo Docente Estruturante do curso, em que os educadores coletivamente possam avaliar o processo, considerando a avaliação geral e organizando as propostas para o processo de planejamento integrado e reorientação do percurso formativo, quando necessário;
- Sistematização e Produção de Relatórios Pedagógicos pelo NDE, garantindo periodicamente o registro das atividades e análise e reflexão sobre o processo desenvolvido a cada período.

8.2 AVALIAÇÃO DISCENTE

O diagnóstico da aprendizagem dos discentes construídas durante o curso deverá ser feito de forma articulada as atividade curriculares - superando a fragmentação do processo – e por meio da análise da produção resultante da participação dos mesmos em ações de ensino, pesquisa e extensão. São propostos aqui como meios- instrumentos de avaliação:

- Diário de Classe: registro das atividades planejadas e executadas e da frequência e participação dos discentes;
- Produção individual e coletiva: material construído pelos discentes e relacionado a um

determinado período de formação, a exemplo do memorial (registro da trajetória pessoal contemplando aspectos da história de vida e formação escolar, experiência profissional); da produção artística (poemas, músicas, desenhos, entre outras produções); de artigos; sínteses; relatórios; projetos;

- Fichas de auto-avaliação dos educandos: que deverá expressar análise do aproveitamento individual de cada discente a partir de uma auto-reflexão do mesmo sobre seu aprendizado e participação no curso, podendo subsidiar a avaliação do educador sobre o grupo, sobre o processo e sobre sua ação docente;

- Ficha de parecer individual: expressa análise e registro do aproveitamento individual dos discentes realizada pelos educadores;

- Plenárias de Auto-Avaliação, em que os discentes do curso possam manifestar a avaliação sobre seu desempenho individual e sobre o desempenho coletivo da turma.

A frequência mínima será de 75% das aulas ministradas. Os conceitos seguirão o padrão da Universidade Federal do Pará (Excelente, Bom, Regular, Insuficiente, Sem Frequência, Sem Avaliação).

8.3 AVALIAÇÃO DOCENTE

A avaliação da ação docente é assumida aqui em sua perspectiva formativa, como procedimento de qualificação docente e como estratégia que visa estimular os educadores em um exercício de reflexão metacognitiva e de práxis pedagógica, tendo como horizonte a melhoria do ensino e a reorientação da proposta de formação do curso, quando necessário. Propõem-se como estratégias de avaliação docente:

- a avaliação da turma sobre o desempenho docente;

- a auto-avaliação docente;

- e a avaliação dos pares.

São propostos aqui como meios-instrumentos de avaliação docente:

- Fichas de auto-avaliação docente: que deverá expressar análise do aproveitamento individual de cada docente a partir de uma auto-reflexão do mesmo sobre seu desempenho e participação nas atividades curriculares do curso, podendo subsidiar a avaliação geral sobre o processo;

- Ficha de avaliação da turma sobre o desempenho docente: que poderá expressar e registrar a análise individual dos discentes sobre o desempenho de cada docente nas atividades

curriculares do curso;

- Plenárias de Avaliação, em que os discentes e docentes do curso possam manifestar a avaliação sobre o desempenho individual e coletivo dos educadores;
- Reuniões Docente, em que os educadores coletivamente possam avaliar o processo, se auto-avaliar e avaliar o desempenho de seus pares.

7.2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O diagnóstico da aprendizagem dos discentes construídas durante o curso deverá ser feito de forma articulada as atividade curriculares - superando a fragmentação do processo – e por meio da análise da produção resultante da participação dos mesmos em ações de ensino, pesquisa e extensão. São propostos aqui como meios- instrumentos de avaliação:

- Diário de Classe: registro das atividades planejadas e executadas e da frequência e participação dos discentes;
- Produção individual e coletiva: material construído pelos discentes e relacionado a um determinado período de formação, a exemplo do memorial (registro da trajetória pessoal contemplando aspectos da história de vida e formação escolar, experiência profissional); da produção artística (poemas, músicas, desenhos, entre outras produções); de artigos; sínteses; relatórios; projetos;
- Fichas de auto-avaliação dos educandos: que deverá expressar análise do aproveitamento individual de cada discente a partir de uma auto-reflexão do mesmo sobre seu aprendizado e participação no curso, podendo subsidiar a avaliação do educador sobre o grupo, sobre o processo e sobre sua ação docente;
- Ficha de parecer individual: expressa análise e registro do aproveitamento individual dos discentes realizada pelos educadores;
- Plenárias de Auto-Avaliação, em que os discentes do curso possam manifestar a avaliação sobre seu desempenho individual e sobre o desempenho coletivo da turma.

A frequência mínima será de 75% das aulas ministradas. Os conceitos seguirão o padrão da Universidade Federal do Pará (Excelente, Bom, Regular, Insuficiente, Sem Frequência, Sem Avaliação).

7.3 AVALIAÇÃO DO ENSINO

A avaliação na Licenciatura em Educação do Campo é considerada em sua dimensão

pedagógico, como um elemento constitutivo do processo de planejamento e replanejamento da formação proposta, desenvolvida de forma contínua, visando contribuir para a potencialização do processo ensino e de aprendizagem.

Assume-se ainda a avaliação como instrumento que contribui para a materialização da gestão democrática do processo pedagógico, possibilitando aos participantes do curso o diálogo sobre o processo formativo e o encaminhamento e dinamização de propostas que revitalizem continuamente a formação oferecida, garantindo, quando necessário, sua adequação as demandas que emergentes durante o período de curso e a superação das dificuldades que possam comprometer o êxito do mesmo.

Assim, primando pela afirmação de princípios éticos e de indissociabilidade teórico-prática pensamos no processo avaliativo como mais um momento de aprendizagens. Desta maneira, a avaliação é compreendida no curso como um processo diagnóstico, investigativo, formativo, sistemático, contínuo, participativo, que deve possibilitar aos sujeitos participantes o redimensionamento das ações desenvolvidas, apontando a necessidade de avançar ou retomar determinados objetivos propostos, aprendizagens significativas, constituindo-se num exercício permanente de diálogo sobre o processo.

A seguir seguem propostas de estratégias e instrumentos de avaliação do curso, da ação docente e da aprendizagem discente. Entretanto, ressalte-se que caberá em tempo futuro à Faculdade de Educação do Campo em qualquer tempo, de acordo com as demandas que possam emergir, propor procedimentos e processos diversificados, internos e externos, para a avaliação das ações docentes, considerando a compatibilidade com os preceitos legais estabelecidos par tal processo avaliativo, tendo sempre em conta a qualidade do curso e potencialidade das intervenções nas ações pedagógicas do campo.

7.4 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Apesar da existência de uma proposta pedagógica inicial, o currículo de um curso é expresso realmente a partir da construção cotidiana vivenciada no desenvolvimento da formação e, assim, o currículo, dentro de um determinado contexto, acaba sendo resultado de como os sujeitos compreendem e exercitam a formação no curso proposto, tanto docentes como discentes.

Daí a importância da avaliação coletiva e reflexão contínua sobre o processo em desenvolvimento, para que, tomando a proposta inicial como referencia, o currículo possa ser pensado e repensado no sentido do constante planejamento do percurso formativo de

modo a garantir a melhoria das condições de ensino-aprendizagem e sucesso do curso. São propostos aqui como meios- instrumentos de avaliação:

- Plenárias de Avaliação, em que os discentes e docentes do curso possam manifestar a avaliação sobre o processo educativo - considerando os resultados da avaliação discente e da avaliação docente – e encaminhar propostas para o planejamento integrado e reorientação do percurso formativo quando necessário;

- Reuniões do NDE – Núcleo Docente Estruturante do curso, em que os educadores coletivamente possam avaliar o processo, considerando a avaliação geral e organizando as propostas para o processo de planejamento integrado e reorientação do percurso formativo, quando necessário;

- Sistematização e Produção de Relatórios Pedagógicos pelo NDE, garantindo periodicamente o registro das atividades e análise e reflexão sobre o processo desenvolvido a cada período.

8 INFRAESTRUTURA

8.1 DOCENTES

Nome	Titulação Máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
ANTONIO KLEDSON LEAL SILVA	Mestre	CIENCIAS AMBIENTAIS	Dedicação Exclusiva
BRUNO CEZAR PEREIRA MALHEIRO	Mestre	CIENCIAS HUMANAS	Dedicação Exclusiva
GLAUCIA DE SOUSA MORENO	Mestre	CIENCIAS AGRARIAS	40 horas
HAROLDO DE SOUZA	Mestre	CIENCIAS HUMANAS	Dedicação Exclusiva
IDELMA SANTIAGO DA SILVA	Doutor	HISTORIA	Dedicação Exclusiva
KATIA LIEGE NUNES GONÇALVES	Mestre	EDUCACAO MATEMATICA	Dedicação Exclusiva
LUCIVALDO DA SILVA COSTA	Mestre	LINGUISTICA	Dedicação Exclusiva
MAURA PEREIRA DOS ANJOS	Mestre	EDUCACAO	Dedicação Exclusiva
RITA DE CASSIA PEREIRA DA COSTA	Mestre	ANTROPOLOGIA	Dedicação Exclusiva

8.2 TÉCNICOS

Há um Secretário Acadêmico do Campus responsável pelo curso, mas ele atende também outros cursos. Estamos aguardando um concurso público a partir das vagas do PROCAMPO, no qual teremos duas vagas para Assistente Administrativo, e uma vaga para Técnico em Assuntos Educacionais.

8.3 INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
Sala da Coordenação e do Colegiado do Curso	Sala	10	Administrativa	1
Salas de aulas do Campus Universitário de Marabá, cedidos para funcionamento das turmas, no período intervalar.	Sala	60	Aula	5

8.4 RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
Sala da Coordenação e do Colegiado do Curso	computador	Cedido	7	Há cinco computadores de mesa instalados para utilizados dos professores, sendo um exclusivo da coordenação do curso, e dois notebooks para utilização de projeção nas aulas e demais atividades do curso.
	mesa	Cedido	11	Há 11 mesas na sala do colegiado, cinco nas quais estão instalados os computadores, cinco disponíveis para os professores utilizarem seus notebooks e uma mesa de reunião.
	datashow	Cedido	3	Temos três datashows para uso nas aulas e demais atividades organizadas pelo curso LPEC
	quadro magnético	Cedido	1	Um quadro magnético.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIROUX, Henry A. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Arte Médicas, 1997.

JESUS, Sonia Meire S. A. de. Questões paradigmáticas da construção de um projeto político da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna & JESUS, Sonia Meire S. A. de (orgs.). Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. V. 5. Brasília: Articulação Por uma Educação do Campo, 2004.

PESQUISA NACIONAL DA EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA –MEC/MDA (Abril, 2005).

SILVA, Maria do Socorro. Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história. Caderno de Textos Pedagógicos: semeando sonhos, cultivando direitos. Brasília, CONTAG, 2005.